

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo  
**Romão Avila Milhan Junior**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siuffi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 1502/2024-PGJ, DE 5.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Fernando Martins Zaupa 3 (três) dias de folga compensatória em 29 e 30.4.2024 e 3.5.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1504/2024-PGJ, DE 5.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Tonya Roberta Pettengill Novaes, ocupante do cargo efetivo de Analista, área de atividade Informática/Análise de Sistemas, símbolo MPAN-101, abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária a partir de 15.3.2024, até completar as exigências para aposentadoria compulsória, nos termos do artigo 6º da Lei Complementar nº 274, de 21.5.2020, e do artigo 31-B, § 20, da Constituição Estadual de Mato Grosso do Sul (PGA nº 09.2024.00002878-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº E-426/2024 - PGJ, DE 8.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Juliana Martins Zaupa 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no período de 21.3.2024, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº E-427/2024 - PGJ, DE 8.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Juliana Martins Zaupa 2 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 26 a 27.3.2024, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 1333/2024-PGJ, DE 25.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas ao servidor Renan Luiz Santos de Souza por meio da Portaria nº e-211/2023-PGJ, de 6.3.2023, de forma que, onde consta: “de 2 a 11.5.2024”, passe a constar: “de 24.4 a 3.5.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1338/2024-PGJ, DE 25.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Daniele Aparecida Souza por meio da Portaria nº e-1196/2023-PGJ, de 23.10.2023, de forma que, onde consta: “a serem usufruídas de 8 a 17.7.2024 e de 1º a 10.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 8 a 17.1.2024”, passe a constar: “a serem usufruídas de 1º a 10.10.2024 e de 10 a 19.12.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 8 a 17.1.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1339/2024-PGJ, DE 25.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas ao servidor Lauciney Christian Ramos por meio da Portaria nº e-173/2024-PGJ, de 9.2.2024, de forma que, onde consta: “a serem usufruídas de 22.3 a 10.4.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 11 a 20.4.2024”, passe a constar: “a serem usufruídas de 27.3 a 15.4.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 16 a 25.4.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1340/2024-PGJ, DE 25.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Érika Maranhão de Castro por meio da Portaria nº e-345/2023-PGJ, de 3.4.2023, com redação dada pela Portaria nº e-29/2024-PGJ, de 16.1.2024, de forma que, onde consta: “de 30.9 a 9.10.2024”, passe a constar: “de 2 a 11.5.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1364/2024-PGJ, DE 26.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Vanusa Weber por meio da Portaria nº e-916/2023-PGJ, de 2.8.2023, com redação dada pela Portaria nº e-1505/2023-PGJ, de 17.11.2023, de forma que, onde consta: “de 10 a 19.10.2023”, passe a constar: “de 8 a 17.7.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1449/2024-PGJ, DE 3.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Patricia dos Santos Jacoby Bastos por meio da Portaria nº e-335/2024-PGJ, de 15.3.2024, de forma que, onde consta: “a serem usufruídas de 8 a 17.4.2024, de 7 a 16.10.2024 e de 2 a 11.12.2024”, passe a constar: “a serem usufruídas de 8 a 27.4.2024 e de 2 a 11.12.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1464/2024-PGJ, DE 3.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Juliane Aparecida Cordeiro Queiroz por meio da Portaria nº e-818/2023-PGJ, de 5.7.2023, com redação dada pela Portaria nº 749/2024-PGJ, de 26.2.2024, de forma que, onde consta: “de 22 a 31.7.2024”, passe a constar: “de 11 a 20.9.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1466/2024-PGJ, DE 3.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias regulamentares ao servidor José Guilherme de Oliveira, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas de 15 a 24.7.2024 e de 22 a 31.1.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 2 a 11.4.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018; 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004; e 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1500/2024-PGJ, DE 4.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Natascha Junko Sakamoto Costa por meio da Portaria nº e-1199/2022-PGJ, de 21.10.2022, com redação dada pela Portaria nº e-17/2024-PGJ, de 11.1.2024, de forma que, onde consta: “de 8 a 17.7.2024”, passe a constar: “de 15 a 24.7.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1507/2024-PGJ, DE 8.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Alex Yukio Toma, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Expediente da Secretaria de Tecnologia da Informação em 5.4.2024, em razão de afastamento da titular, Kelli Cristina de Oliveira.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1508/2024-PGJ, DE 8.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Fabricio Caciano Messias Ferreira, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na Supervisão das Promotorias de Justiça Especializadas, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Supervisão das Promotorias de Justiça Cíveis da referida Comarca de 1º a 10.4.2024, em razão de afastamento da servidora Karla Christine Nogueira Farias, Técnica II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1509/2024-PGJ, DE 8.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Dantiele Cordeiro de Freitas Queiroz, ocupante do cargo em comissão de Assessora Técnica em Redes, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Suporte de Redes de 1º a 10.4.2024, em razão de afastamento do titular, Julio Henrique Nunes da Cunha.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1510/2024-PGJ, DE 8.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Andréia Fernandes Francischini, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Projetos e Serviços de TI em 10 e 11.4.2024, em razão de afastamento do titular, Gustavo Rocha Lobato.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1511/2024-PGJ, DE 8.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Flavio Lopes, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 3ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 9ª Promotoria de Justiça da referida Comarca em 1º.4.2024, em razão de afastamento da servidora Luciana Rodrigues Mandu, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº E-393/2024/PGJ, DE 2.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Aires Alves Machado Junior, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas de 27.8 a 5.9.2024 e de 7 a 16.1.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 20 a 29.1.2025, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº E-394/2024/PGJ, DE 2.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-1085/2023-PGJ, de 21.9.2023, que concedeu férias à servidora Janayna Grincevics Vareiro, de forma que, onde consta: "de 3 a 12.6.2024", passe a constar: "de 20 a 29.5.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº E-400/2024/PGJ, DE 4.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Carlos Humberto Inastoque Silva, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas de 20 a 29.5.2024 e de 29.7 a 7.8.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário 29.10 a 7.11.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº E-402/2024/PGJ, DE 5.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Ruth Dayana da Rosa Vera, ocupante do cargo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 7.3 a 5.4.2024, em prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132, 136, 144 e 178, inciso VII da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52, inciso IV e 54, inciso II, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº E-403/2024/PGJ, DE 5.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Debora Duarte Santana, ocupante do cargo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 16.3 a 14.4.2024, em prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132, 136, 144 e 178, inciso VII da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52, inciso IV e 54, inciso II, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº E-405/2024/PGJ, DE 5.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05 e 3 maio de 2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Andressa Miranda Auto Vale, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas de 21.5 a 19.6.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



**PORTARIA Nº E-406/2024/PGJ, DE 5.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05 e 3 maio de 2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Juliano Machado, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas de 2 a 21.5.2024 e de 12 a 21.8.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº E-407/2024/PGJ, DE 5.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05 e 3 maio de 2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Andrea Rocha Benetti, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas de 1º a 20.4.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 2 a 11.5.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº E-408/2024/PGJ, DE 5.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05 e 3 maio de 2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Simone Pereira Gamarra, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas de 2 a 11.5.2024 e de 5 a 14.11.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 21 a 30.10.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº E-410/2024/PGJ, DE 5.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Marivalma Amâncio de Lima Suzuki, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas de 27.5 a 5.6.2024 e de 25.9 a 4.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 7 a 16.1.2025, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



**PORTARIA Nº E-412/2024/PGJ, DE 5.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05 e 3 maio de 2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Luis Filipe Iwaki Martins, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas de 7 a 26.1.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 29.4 a 8.5.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº E-413/2024/PGJ, DE 5.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :** Conceder férias ao servidor Felipe de Lima Figueiredo, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídas de 4 a 23.11.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 3 a 12.6.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº E-414/2024/PGJ, DE 5.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-974/2023-PGJ, de 23.8.2023, que concedeu férias ao servidor Jeronimo Mariano da Silva Neto, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 14 a 23.10.2024", passe a constar: "a serem usufruídas de 10 a 19.9.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº E-415/2024/PGJ, DE 5.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-949/2023-PGJ, de 8.8.2023, que concedeu férias ao servidor Wellington Gradella Marthos, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 2 a 11.5.2024", passe a constar: "a serem usufruídas de 1º a 10.7.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº E-416/2024/PGJ, DE 5.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05 e 3 maio de 2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Rita de Cassia Figueiredo de Mello, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas de 3 a 12.6.2024 e de 5 a 14.11.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 6 a 15.5.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº E-417/2024/PGJ, DE 5.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Marcos Antonio David dos Santos, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas de 3 a 12.6.2024 e de 1º a 20.7.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº E-418/2024/PGJ, DE 5.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-124/2024-PGJ, de 2.2.2024, que concedeu férias à servidora Gabriela Marins Gomes, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 29.7 a 7.8.2024", passe a constar: "a serem usufruídas de 5 a 14.8.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº E-420/2024/PGJ, DE 8.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Rafael Massulo Bento, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas de 20.6 a 9.7.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 8 a 17.1.2025, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº E-421/2024/PGJ, DE 8.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Giovani Augusto Filgueiras Ferra, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas de 1º a 10.10.2024 e de 17 a 26.3.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 10 a 19.6.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº E-422/2024/PGJ, DE 8.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Vinicius Ferreira Martins, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas de 19 a 28.6.2024 e de 16.9 a 5.10.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº E-423/2024/PGJ, DE 8.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor João Augusto Ferreira da Silva, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas de 18 a 27.11.2024 e de 11 a 20.7.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 5 a 14.6.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº E-424/2024/PGJ, DE 8.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05 e 3 maio de 2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Janaina Bortoloto, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas de 6 a 25.5.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 6 a 15.8.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº E-401/2024/PGJ, DE 5.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Andre Luiz Pasquali, ocupante do cargo de Assessor Técnico de Informática, símbolo MPAS-203, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 8 (oito) dias de licença casamento, no período de 1 a 8.4.2024, nos termos da alínea “a” do inciso III do artigo 171, e do inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº E-419/2024/PGJ, DE 5.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Moises Yule de Oliveira, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas de 22 a 31.7.2024, de 7 a 16.1.2025 e de 21 a 30.7.2025, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**CONSELHO SUPERIOR****PAUTA DA 8ª SESSÃO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE INICIARÁ NO DIA 15 DE ABRIL DE 2024.****1. Expedientes:****1.1. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:****1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011077-0.

**2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004334-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002278-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000159-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002281-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001309-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00001421-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00001432-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005537-5.

**3. Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00008535-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009466-4.

**4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00000912-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00001543-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00001544-6.

**5. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002696-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002697-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002698-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002699-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00007574-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00008365-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009910-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00010738-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000596-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002991-8.

**6. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011021-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00012033-5.

**7. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00001155-0.

**8. Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002671-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009144-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009935-9.

**9. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Caarapó:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003880-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003882-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004078-9.

**10. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00002437-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000122-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003569-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004454-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005416-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006811-1.

**11. 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00002664-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00010910-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004950-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006645-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007862-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00012275-5.

**12. 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003700-7.

**13. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00013189-8.

**14. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005808-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011375-6.

**15. Promotoria de Justiça da comarca de Eldorado:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003513-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011267-9.

**16. Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002656-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003484-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011566-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000152-3.

**17. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000005-2.

**18. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003320-0.

**19. 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003143-1.

**20. 17ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003725-8.

**21. Promotoria de Justiça da comarca de Batavaporã:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00007872-7.

**22. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00000358-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002291-4.

**23. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003682-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003755-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000375-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002925-1.

**24. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006727-8.

**25. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00008300-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003636-3.

**26. Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00010196-7.

**27. Promotoria de Justiça da comarca de Pedro Gomes:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00008962-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005400-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010377-0.

**28. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000219-5.



- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004615-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000541-9.

**29. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00011465-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002435-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009451-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009966-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007162-7.

**30. 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010157-1.

**31. 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011231-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011434-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011747-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00012340-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00012931-5.

**32. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009398-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008626-4.

**33. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002151-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006159-5.

**34. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000076-3.

**35. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001198-6.

**36. 33ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003302-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004231-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005526-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005529-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006140-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007177-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008592-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008594-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008687-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010147-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00012365-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00012980-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000182-3.

**37. 44ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007346-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010139-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00012905-9.

**38. 46ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00012441-6.





- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00012433-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2024.00001908-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2024.00001909-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2024.00002827-8.

**39. 49ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003175-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004888-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004890-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004898-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004904-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004912-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004944-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004946-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004948-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004952-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006262-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007876-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008136-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008137-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009674-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00012252-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00012373-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00012845-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000364-3.

**40. 50ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002786-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000292-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00001623-4.

**41. 76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004830-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010437-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00013094-4.

**42. Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00012711-7.

**43. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000601-6.

**44. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00011400-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002346-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008604-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00012823-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000215-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000275-5.

**45. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coronel Sapucaia:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000165-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008428-8.

**46. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006881-1.

**47. Promotoria de Justiça da comarca de Nova Alvorada do Sul:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00011083-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006756-7.

**48. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de São Gabriel do Oeste:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00008760-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011930-6.

**49. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009532-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004083-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004836-0.

**50. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00008580-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010478-0.

**51. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000834-5.

**1.2. Análise das prorrogações de prazo de Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:****1.2.1. Conselheira IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00011953-9:****1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:**

Inquérito Civil nº 06.2017.00001688-0.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillante:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00000212-4.

**11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00001284-4.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001087-2.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00002054-4.

**3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00001793-2.

**Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000829-2.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001004-7.

**32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000837-0.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001007-0.

**Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000989-1.

**76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001101-0.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:**



Inquérito Civil nº 06.2022.00000751-0.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000887-4.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000889-6.

**2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00001539-4:**

**16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00000921-7.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:**

Inquérito Civil nº 06.2017.00002414-7.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00002142-1.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000823-0.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001591-0.

**76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00001767-6.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00001812-0.

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001016-2.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Costa Rica:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000728-2.

**Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000787-1.

Inquérito Civil nº 06.2021.00001122-0.

**Promotoria de Justiça da comarca de Pedro Gomes:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001128-6.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000094-9.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00001425-4.

**Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00001581-0.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00001587-5.

**1.2.2. Conselheiro ANTONIO SIUFI NETO:**

**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00003101-7:**

**34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00000518-7.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001416-8.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00000585-8.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001321-1.



Inquérito Civil nº 06.2021.00001103-1.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00000816-6.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000895-9.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001530-9.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001419-4.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001312-2.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001313-3.

**Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000058-2.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000683-2.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001557-5.

**46ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00001135-7.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001138-0.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001158-0.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001169-0.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001178-0.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001179-0.

**32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2023.00000137-4.

**Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:**

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001132-8.

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001269-3.

**1.2.3. Conselheiro EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:**

**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00003098-4:**

**34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00001194-9.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00001549-0.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000821-5.

**Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000449-6.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001437-2.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001309-9.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000894-8.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000558-8.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000773-1.

**46ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00001113-5.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001120-2.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001157-9.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001161-3.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001176-8.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001177-9.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001220-1.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001267-8.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001286-7.

**34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00001549-7.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

Inquérito Civil nº 06.2023.00000095-3.

**Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:**

Inquérito Civil nº 06.2023.00001130-6.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001198-3.

**1.2.4. Conselheira MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00000092-4:****Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00001219-9.

**2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00003097-3:****Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00002460-7.

**Promotoria de Justiça da comarca de Anaurilândia:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00001135-0.

**34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00001504-5.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00001584-5.

**Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001484-0.

**Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001542-7.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000026-0.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000173-7.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:**



Inquérito Civil nº 06.2022.00000564-4.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001513-1.

**46ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00001122-4.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001141-3.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001147-9.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001149-0.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001154-6.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001156-8.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001186-8.

**32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2023.00000065-3.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

Inquérito Civil nº 06.2023.00000076-4.

**26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2023.00000175-2.

**67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2023.00000184-1.

**Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:**

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001131-7.

**Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:**

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001163-9.

**Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001193-9.

**1.2.5. Conselheiro O ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:**

**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00003105-0:**

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00001662-2.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000414-1.

**31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001135-3.

**Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001290-8.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001411-7.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000055-3.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000096-4.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:**

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001247-1.

**Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000572-2.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000991-8.

**46ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00001119-0.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001123-5.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001134-6.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001160-2.

**32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2023.00000009-7.

**Promotoria de Justiça da comarca de Itaquiraí:**

Inquérito Civil nº 06.2023.00000014-2.

**Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:**

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000995-5.

**Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:**

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001222-7.

**2. Ordem do dia:****2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios:****2.1.1. Conselheira IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI:****1. Inquérito Civil nº 06.2022.00000451-2 – SIGILOS**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

**2. Inquérito Civil nº 06.2022.00001260-1**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Profª Maria Regina de Vasconcelos Galvão visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**3. Inquérito Civil nº 06.2022.00001269-0**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Geraldo Castelo visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**4. Inquérito Civil nº 06.2022.00001281-2**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Prof. Licurgo de Oliveira Bastos visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**2.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000733-4 – SIGILOS**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã



**2. Inquérito Civil nº 06.2020.00000567-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Orlando Souza Lima

Assunto: Apurar desmatamento de 16,19 hectares em área de vegetação nativa, na Fazenda Jatobá, em São Gabriel do Oeste, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 689/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

**3. Inquérito Civil nº 06.2020.00000901-0 – SIGILOSO**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

**4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000519-9**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

Requerentes: Comissão dos Proprietários e Moradores Rurais

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na aplicação dos tributos ITR e FUNDERSUL nos anos de 2020 e 2021.

**5. Inquérito Civil nº 06.2022.00001221-2**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso, da Escola Municipal Barão do Rio Branco, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam.

**6. Inquérito Civil nº 06.2018.00003516-0**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Osvaldo Firmino de Souza

Assunto: Verificar a regularidade da reserva legal, em campo e junto ao CRI, bem como a existência e o efetivo cumprimento do plano de recuperação, no imóvel rural denominado Fazenda Santa Maria, de propriedade de Osvaldo Firmino de Souza, Rosamim Lenin de Souza, José Firmino de Souza, José Lopes Farinhas e Rosa Dias Lopes.

**2.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:****1. Inquérito Civil nº 06.2019.00001191-6**

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: JBS S.A.

Assunto: Apurar o descumprimento da Licença Ambiental, pela ausência de automonitoramento dos efluentes produzidos e lançados na atividade, a fim de obedecer aos padrões máximos estipulados na legislação ambiental.

**2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000513-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Dulce Ferreira Cestaro, Dabson Cestaro

Assunto: Apurar desmatamento de 9,22 hectares em área de vegetação nativa, na Fazenda Pedra Branca, em Figueirão, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 540/19/Nugeo (Programa DNA Ambiental), ocorrido entre 18/07/2016 e 22/08/2017.

**3. Inquérito Civil nº 06.2022.00001214-5**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Campo Grande/MS.

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal José Mauro Messias da Silva Poeta das Moreninhas, visando a garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**4. Inquérito Civil nº 06.2022.00001249-0**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Campo Grande/MS.

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Orlandina Oliveira Lima, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**5. Inquérito Civil nº 06.2024.00000035-7**

67ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Campo Grande/MS.

Assunto: Apurar eventual inadequação das condições de higiene na UAIFA II.

**2.1.4. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001294-4**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Bonito

Assunto: Apurar supostas irregularidades ambientais e estruturais no Balneário Municipal de Bonito.

**2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001551-2**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Alexandrino Arevalo Garcia

Assunto: Apurar a prática de ato de improbidade administrativa por parte do Prefeito Municipal de Aral Moreira pelo não cumprimento das obrigações legais inseridas nas cláusulas de acordo extrajudicial firmado com esta Promotoria de Justiça.

**3. Inquérito Civil nº 06.2020.00000148-4**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Agripino Bezerra da Cunha

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na propriedade denominada Recando dos Dourados Lote 5 B 6 e 7 consistente na construção de edificações dentro da área de preservação permanente.

**4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000348-6**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, 3ª Cia de Polícia Militar Ambiental - Coxim/MS

Requerido: José Tomaz Vitorino

Assunto: Apurar a suposta ocorrência de dano ambiental, decorrente de construção irregular na Área de Preservação Permanente – APP do Rio Coxim, na propriedade conhecida como Rancho do Tomaz, situada no Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS.

**5. Inquérito Civil nº 06.2021.00001304-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Polícia Militar Ambiental de São Gabriel do Oeste/MS

Requerido: José Furtado Borges

Assunto: Apurar dano na Área de Preservação Permanente - APP do Córrego Mimoso, sendo que esta área não possui isolamento, pode-se observar processo erosivo, desbarrancamento da borda da calha e consequentemente assoreamento do curso d'água, na Fazenda Talismã, em Bandeirantes-MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração n. 6859 e Relatório de Fiscalização Ambiental n. 015/2º Pel PMA - São Gabriel do Oeste/MS.

**6. Inquérito Civil nº 06.2021.00001475-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Núcleo Ambiental de Apoio ao CAOMA – MPMS



Requerida: Nilva Proença de Queiróz

Assunto: Apurar desmatamento de 4,27 hectares em área de Savana, na Fazenda Vó Nelly (antiga Estância Santa Terezinha), em Aquidauana/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 238/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

#### **7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000663-2 – SIGILOSO**

32ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

#### **8. Inquérito Civil nº 06.2023.00000826-7**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Subunidade do 15BPMA

Requerido: Cedapar Participações Ltda

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 5,63 hectares em área de atividade Agrossilvipastoril, fora da área de Reserva Legal, na Fazenda Tauá -Gleba D-Parte 2, em Pedro Gomes/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 038/3ªCIA/BPMA/2022.

### **2.1.5. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:**

#### **1. Inquérito Civil nº 06.2021.00000399-7**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Mauriti Mendes do Nascimento

Assunto: Apurar o desmatamento de 45,51 hectares em área de pastagem nativa, na Fazenda Nossa Senhora Aparecida "C", localizada no município de Porto Murtinho/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 641/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental 2016-2017).

**Advogada: Janaina Bonomini Pickler – AOB/MS nº 13.137.**

#### **2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001100-8**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Vicentina/MS

Assunto: Apurar eventual omissão do gestor público municipal, em vista das supostas irregularidades no funcionamento das unidades de saúde pertencentes ou conveniadas com o Município de Vicentina/MS.

#### **3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000054-1**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ramão da Silva Franco

Assunto: Apurar irregularidades ambientais na Fazenda Santa Mariana, consistente no desmatamento de 32,992 hectares de vegetação nativa sem a devida autorização dos órgãos ambientais competentes.

#### **4. Inquérito Civil nº 06.2021.00001090-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Wagner Marcelo Monteiro Borges

Assunto: Apurar a suposta ocorrência de desmatamento ilegal da vegetação nativa em 23,51 hectares, na Fazenda Florão, situada em Rio Verde de Mato Grosso/MS, nos termos do Laudo Técnico nº 150/21/NUGEO do Programa DNA Ambiental.

#### **5. Inquérito Civil nº 06.2022.00001294-5**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Osvaldo Zamuner Neto e Odair Zamuner

Assunto: Apurar a supressão ilegal de vegetação do Bioma Mata Atlântica ocorrida na Fazenda Santo Antônio, conforme constatado no Auto de Infração 9097739/E/IBAMA, Auto de Infração 371236/D/IBAMA, bem como nos Pareceres 227/2016/Nugeo e 237/2016/Nugeo.

**6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001368-8**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação.

**2.1.6. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:****1. Inquérito Civil nº 06.2022.00001366-6**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande/MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Irmã Judith Bandeira, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**2. Inquérito Civil nº 06.2022.00000646-5**

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fernando Peres Carvalho

Assunto: Apurar o desmatamento ilegal de vegetação nativa detectado no programa DNA Ambiental, ocorrido na Fazenda do Lontra I, matrícula n. 254.137.

**Advogada: Janaina Bonomini Pickler – AOB/MS nº 13.137.**

**3. Inquérito Civil nº 06.2022.00001229-0**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande/MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Nerone Maiolino, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000140-7 – SIGILOS**

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

**5. Inquérito Civil nº 06.2023.00000758-0 – SIGILOS**

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

**Advogado: Ed Maylon Ribeiro – OAB/MS nº 16.966.**

**2.1.7. RELATORA-CONSELHEIRA FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN:****1. Notícia de Fato nº 01.2023.00009974-8**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Recorrente: Idevaldo Garcia Leal Junior

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar denúncia apresentada por Idevaldo Garcia Leal Junior, no que tange ao corte da principal raiz de árvore centenária, espécie nativa de Mata Atlântica, localizada em Área de Preservação Permanente pertencente à União, no Rancho Itapuã.

**2.1.8. RELATOR-CONSELHEIRO ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:****1. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001334-8**

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Óptica Santa Clara Eireli

Assunto: Firmar Termo de Ajustamento de Conduta com a empresa Óptica Santa Clara Eireli visando adequar a responsabilidade técnica do estabelecimento.

**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002034-4**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã/MS

Assunto: Apurar a adequada estruturação da Procuradoria Jurídica do Município de Ponta Porã, bem como a existência de advogados contratados temporariamente pelo Município de forma ilegal.

**Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias – OAB/MS nº 11.558.**

**3. Inquérito Civil nº 06.2019.00001248-1**

1ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã/MS

Assunto: Apurar a legalidade na aplicação dos recursos do FUNDEB pelo Município de Ponta Porã/MS

**4. Inquérito Civil nº 06.2020.00000532-5**

76ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Secretaria Municipal de Saúde e Hospital Regional de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar as irregularidades verificadas no Relatório de Inspeção RDI 19-2019 e Relatório de Inspeção nº 45/2019, referentes ao acompanhamento do Plano de Ação Emergencial do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul.

**5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000914-7**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Câmara Municipal de Ponta Porã/MS, Município de Ponta Porã/MS

Assunto: Apurar regularidade do ato de cessão do servidor público municipal de Ponta Porã/MS, Sérgio Daniel Correa, à Câmara de Vereadores de Ponta Porã/MS.

**6. Inquérito Civil nº 06.2021.00001054-3**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Aral Moreira/MS

Assunto: Apurar eventual ilegalidade nas designações de servidores temporários para ocupar cargos de Coordenação e Direção nas Escolas Municipais de Aral Moreira/MS e, por via de consequência, a prática de ato de improbidade administrativa correlato, inclusive por conta do pactuado no Termo de Ajustamento de Conduta acompanhado no Procedimento Administrativo sob nº 09.2017.00003963-0.

**7. Inquérito Civil nº 06.2022.00001254-5**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande/MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da ESCOLA MUNICIPAL PADRE JOSÉ DE ANCHIETA visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**8. Inquérito Civil nº 06.2022.00001447-6**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Maracaju

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Maracaju/MS

Assunto: Apurar suposta irregularidade no cumprimento do Termo de Cooperação Mútua firmado entre o Município de Maracaju e a FUNTRAB/MS e eventual desestruturação do SINE (Casa do Trabalhador de Maracaju).



## **DELIBERAÇÕES PROFERIDAS NA 6ª SESSÃO DE JULGAMENTO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL INICIADA EM 18 DE MARÇO DE 2024.**

### **2. Ordem do dia:**

#### **2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios:**

##### **2.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**

###### **1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001876-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Justino Machado Nogueira

Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental consubstanciado na supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente do córrego Mantena, na propriedade rural denominada Estância Três Netinhas, localizada neste Município.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIBAS DO RIO PARDO - MEIO AMBIENTE - SUPRESSÃO DE 0,02 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – CÓRREGO MANTENA – AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO PELO ÓRGÃO COMPETENTE - REALIZAÇÃO DE TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Trata-se de Inquérito Civil inicialmente instaurado para apurar a eventual ocorrência de dano ambiental consubstanciado na supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente do Córrego Mantena, na propriedade rural denominada "Estância Três Netinhas", localizada no Município de Ribas do Rio Pardo/ MS. 2. Cumpre destacar que, o artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça, passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC - Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. 3. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente Inquérito Civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000196-7, no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

###### **2. Inquérito Civil nº 06.2021.00001360-7**

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Cassilândia/MS

Assunto: Apurar a falha na implementação das medidas necessárias para reforma e adequação estrutural das escolas municipais de ensino de Cassilândia.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CASSILÂNDIA (MS) - REDE DE ENSINO MUNICIPAL – ESCOLAS PÚBLICAS – REFORMAS E ADEQUAÇÃO ESTRUTURAL – DILIGÊNCIAS REALIZADAS – IRREGULARIDADES CONSTATADAS - REALIZAÇÃO DE TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Trata-se de Inquérito Civil instaurado para apurar a falha na implementação das medidas necessárias para reforma e adequação estrutural das escolas municipais de Cassilândia/MS. 2. Cumpre destacar que, o artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça, passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC - Termo de Ajustamento de Conduta, celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. 3. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006922-1 e no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

###### **3. Inquérito Civil nº 06.2022.00001032-5**

Promotoria de Justiça da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul





Requerido: Agropecuária Almeida Prado LTDA

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 5,29 hectares em área declarada como Reserva Legal, na Fazenda Bom Jesus II, em Pedro Gomes/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 301/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PEDRO GOMES - MEIO AMBIENTE - PROGRAMA DNA AMBIENTAL - SUPRESSÃO DE 5,29 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA DECLARADA COMO DE RESERVA LEGAL – AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO PELO ÓRGÃO COMPETENTE - REALIZAÇÃO DE TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO 1. Trata-se de Inquérito Civil instaurado para apurar o desmatamento de 5,29 hectares em área declarada como Reserva Legal, na Fazenda Bom Jesus II, em Pedro Gomes/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 301/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental). 2. Cumpre destacar que, o artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça, passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC - Termo de Ajustamento de Conduta, celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. 3. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente Inquérito Civil possui TAC celebrado, e, já foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000579-6, no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

#### 4. Inquérito Civil nº 06.2022.00001289-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE (MS) – EDUCAÇÃO – ESTRUTURA FÍSICA DE INSTALAÇÕES PREDIAIS – ESCOLAS PÚBLICAS – REDE MUNICIPAL DE ENSINO – AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil instaurado com o escopo de averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal José Dorileo de Pina, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que a frequentam. Compulsando aos autos, verifica-se que o presente caso comporta arquivamento, isto porque, as medidas encetadas no feito diante da intervenção ministerial, levaram ao ajuizamento de Ação Civil Pública nº0902407-09.2021.8.12.0001, a qual abarca as questões investigadas no presente, concedido prazo para apresentação de cronograma, no âmbito da referida Ação Civil Pública, para a revitalização das unidades educacionais de modo que eventual descumprimento deverá ser executado judicialmente. Destarte, diante da ausência de justa causa a sustentar o presente procedimento, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, esgotado o objeto do feito, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

#### 5. Inquérito Civil nº 06.2022.00001361-1

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE (MS) – EDUCAÇÃO – ESTRUTURA FÍSICA DE INSTALAÇÕES PREDIAIS – ESCOLAS PÚBLICAS – REDE MUNICIPAL DE ENSINO – AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil instaurado com o escopo de averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente





caso da EMEI Indubrasil, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que a frequentam. Compulsando aos autos, verifica-se que o presente caso comporta arquivamento, isto porque, as medidas encetadas no feito diante da intervenção ministerial, levaram ao ajuizamento de Ação Civil Pública nº0902407-09.2021.8.12.0001, a qual abarca as questões investigadas no presente, concedido prazo para apresentação de cronograma, no âmbito da referida Ação Civil Pública, para a revitalização das unidades educacionais de modo que eventual descumprimento deverá ser executado judicialmente. Destarte, diante da ausência de justa causa a sustentar o presente procedimento, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, esgotado o objeto do feito, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siuffi Neto.**

#### **6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001378-8**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 46a PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE (MS) – EDUCAÇÃO – ESTRUTURA FÍSICA DE INSTALAÇÕES PREDIAIS – ESCOLAS PÚBLICAS – REDE MUNICIPAL DE ENSINO – AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil instaurado com o escopo de averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Lar de Sheila, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que a frequentam. Compulsando aos autos, verifica-se que o presente caso comporta arquivamento, isto porque, as medidas encetadas no feito diante da intervenção ministerial, levaram ao ajuizamento de Ação Civil Pública nº0902407-09.2021.8.12.0001, a qual abarca as questões investigadas no presente, concedido prazo para apresentação de cronograma, no âmbito da referida Ação Civil Pública, para a revitalização das unidades educacionais de modo que eventual descumprimento deverá ser executado judicialmente. Destarte, diante da ausência de justa causa a sustentar o presente procedimento, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, esgotado o objeto do feito, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siuffi Neto.**

#### **7. Inquérito Civil nº 06.2022.00001386-6**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 46a PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE (MS) – EDUCAÇÃO – ESTRUTURA FÍSICA DE INSTALAÇÕES PREDIAIS – ESCOLAS PÚBLICAS – REDE MUNICIPAL DE ENSINO – AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil instaurado com o escopo de averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Marcos Roberto, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que a frequentam. Compulsando aos autos, verifica-se que o presente caso comporta arquivamento, isto porque, as medidas encetadas no feito diante da intervenção ministerial, levaram ao ajuizamento de Ação Civil Pública nº0902407-09.2021.8.12.0001, a qual abarca as questões investigadas no presente, concedido prazo para apresentação de cronograma, no âmbito da referida Ação Civil Pública, para a revitalização das unidades educacionais de modo que eventual descumprimento deverá ser executado judicialmente. Destarte, diante da ausência de justa causa a sustentar o presente procedimento, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, esgotado o objeto do feito, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siuffi Neto.**

**8. Inquérito Civil nº 06.2022.00001409-8**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 46a PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE (MS) – EDUCAÇÃO – ESTRUTURA FÍSICA DE INSTALAÇÕES PREDIAIS – ESCOLAS PÚBLICAS – REDE MUNICIPAL DE ENSINO – AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil instaurado com o escopo de averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Paulo Siufi, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que a frequentam. Compulsando aos autos, verifica-se que o presente caso comporta arquivamento, isto porque, as medidas encetadas no feito diante da intervenção ministerial, levaram ao ajuizamento de Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001, a qual abarca as questões investigadas no presente, concedido prazo para apresentação de cronograma, no âmbito da referida Ação Civil Pública, para a revitalização das unidades educacionais de modo que eventual descumprimento deverá ser executado judicialmente. Destarte, diante da ausência de justa causa a sustentar o presente procedimento, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, esgotado o objeto do feito, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

**9. Inquérito Civil nº 06.2022.00001426-5**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 46a PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE (MS) – EDUCAÇÃO – ESTRUTURA FÍSICA DE INSTALAÇÕES PREDIAIS – ESCOLAS PÚBLICAS – REDE MUNICIPAL DE ENSINO – AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil instaurado com o escopo de averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Professora Elza Francisca de Souza Maciel, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que a frequentam. Compulsando aos autos, verifica-se que o presente caso comporta arquivamento, isto porque, as medidas encetadas no feito diante da intervenção ministerial, levaram ao ajuizamento de Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001, a qual abarca as questões investigadas no presente, concedido prazo para apresentação de cronograma, no âmbito da referida Ação Civil Pública, para a revitalização das unidades educacionais de modo que eventual descumprimento deverá ser executado judicialmente. Destarte, diante da ausência de justa causa a sustentar o presente procedimento, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, esgotado o objeto do feito, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

**10. Inquérito Civil nº 06.2022.00001435-4**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 46a PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE (MS) – EDUCAÇÃO – ESTRUTURA FÍSICA DE INSTALAÇÕES PREDIAIS – ESCOLAS PÚBLICAS – REDE



MUNICIPAL DE ENSINO – AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil instaurado com o escopo de averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Regina Vitorazzi Sebben, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que a frequentam. Compulsando aos autos, verifica-se que o presente caso comporta arquivamento, isto porque, as medidas encetadas no feito diante da intervenção ministerial, levaram ao ajuizamento de Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001, a qual abarca as questões investigadas no presente, concedido prazo para apresentação de cronograma, no âmbito da referida Ação Civil Pública, para a revitalização das unidades educacionais de modo que eventual descumprimento deverá ser executado judicialmente. Destarte, diante da ausência de justa causa a sustentar o presente procedimento, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, esgotado o objeto do feito, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

#### 11. Inquérito Civil nº 06.2022.00000193-0

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 26ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE DA COMARCA DE CAMPO GRANDE - PROGRAMA SOS RIOS – PROJETO NASCENTES URBANAS DE CAMPO GRANDE – “ÁGUA PARA O FUTURO” – BACIA HIDROGRÁFICA: CÓRREGO IMBIRUSSU – PARECER CEIPPAM COMPROVANDO DANO AMBIENTAL – PRESENÇA DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM APP – FALHA NO CERCAMENTO - PROPRIEDADE PRIVADA – DILIGÊNCIAS REALIZADAS – REALIZAÇÃO DE TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Trata-se de Inquérito Civil instaurado para apurar a regularidade jurídico-ambiental da área de preservação permanente da nascente urbana do Córrego Imbirussu, composta por alguns canais de drenagem, que abrangem dentro do perímetro urbano cinco bairros (José Abrão, Panamá, Popular, Nova Campo Grande e Núcleo Industrial) e parte de sete outros bairros (Nasser, Santo Amaro, Santo Antônio, Sobrinho, Taveirópolis, São Conrado e Caiobá), por ocasião do PROGRAMA SOS RIOS: Projeto Nascentes Urbanas de Campo Grande “Água para o Futuro”. 2. Cumpre destacar que, o artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça, passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC - Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. 3. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente Inquérito Civil possui TAC celebrado, instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000198-9 no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

#### 12. Inquérito Civil nº 06.2018.00003633-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Marco Antonio Rondon de Oliveira Filho

Assunto: Apurar o desmatamento irregular de, aproximadamente, 39 hectares na Fazenda Rio Formoso.

**Advogado: Janaina Bonoimini Pickler – OAB/MS nº 13.137.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BONITO - MEIO AMBIENTE – NUGEO – PROGRAMA DNA AMBIENTAL - SUPRESSÃO DE 38,64 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA DECLARADA COMO REMANESCENTE DE VEGETAÇÃO NATIVA – AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO PELO ÓRGÃO COMPETENTE - REALIZAÇÃO DE TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Trata-se de Inquérito Civil inicialmente instaurado para apurar o desmatamento irregular de, aproximadamente, 39 hectares em área declarada como Remanescente de Vegetação Nativa, na Fazenda Rio Formoso. Todavia, após a assinatura do TAC e a sua juntada no presente procedimento, o NUGEO encaminhou laudo técnico n. 325/23, informando um novo dano ambiental na propriedade. Em razão disso, realizou-se o aditivo de pp. 166/167. 2. Cumpre destacar que, o artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores



de Justiça, passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC - Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. 3. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito cível possui TAC celebrado, e já foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009665-1 no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

### 13. Inquérito Civil nº 06.2019.00001053-9

Promotoria de Justiça de Glória de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Glória de Dourados

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação da empresa Nunes Golgo & Alves

Sociedade de Advogados pelo Município de Glória de Dourados, com a finalidade de prestar serviços de recuperação financeira dos pagamentos a maior referente a contribuição previdenciária patronal.

**EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE GLÓRIA DE DOURADOS (MS) – DENÚNCIA APÓCRIFA – APURAR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NA CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CONSTATADA - EXCEÇÃO À REGRA GERAL DA LEI DE LICITAÇÕES - PARÂMETROS ESTABELECIDOS NO ART 25 INCISO II DA LEI 8.666/93 ATENDIDOS – COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO COMPLEXO - ESPECIALIDADE TÉCNICA EVIDENCIADA – IRREGULARIDADES NÃO VERIFICADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO.** Trata-se de Inquérito Civil instaurado com o fito de apurar eventual irregularidade na contratação da empresa Nunes Golgo & Alves Sociedade de Advogado pelo Município de Glória de Dourados, com a finalidade de prestar serviço de recuperação financeira dos pagamentos à maior referente a contribuição previdenciária patronal. Ocorre que, findas as diligências úteis à instrução do procedimento, não houve comprovação, de maneira minimamente suficiente, de irregularidade passível de mitigação na esfera judicial à verossimilhança exigida pelo ordenamento pátrio relacionada a qualquer conduta que pudesse ser classificada como ímproba nos termos da Lei n. 8.429/1921, de forma que uma Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa restaria destituída de fundamentos. Destarte, diante da ausência de justa causa a sustentar o presente procedimento, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

### 14. Inquérito Civil nº 06.2022.00001228-9

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE (MS) – EDUCAÇÃO – ESTRUTURA FÍSICA DE INSTALAÇÕES PREDIAIS – ESCOLAS PÚBLICAS – REDE MUNICIPAL DE ENSINO – AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO.** Trata-se de Inquérito Civil instaurado com o escopo de averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso, da Escola Municipal Darthesy Novaes Caminha, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que a frequentam. Compulsando aos autos, verifica-se que o presente caso comporta arquivamento, isto porque, as medidas encetadas no feito diante da intervenção ministerial, levaram ao ajuizamento de Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001, a qual abarca as questões investigadas no presente, concedido prazo para apresentação de cronograma, no âmbito da referida Ação Civil Pública, para a revitalização das unidades educacionais de modo que eventual descumprimento deverá ser executado judicialmente. Destarte, diante da ausência de justa causa a sustentar o presente procedimento, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, esgotado o objeto do feito, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.





**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

**15. Inquérito Civil nº 06.2022.00001230-1**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 46a PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE (MS) – EDUCAÇÃO – ESTRUTURA FÍSICA DE INSTALAÇÕES PREDIAIS – ESCOLAS PÚBLICAS – REDE MUNICIPAL DE ENSINO – AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil instaurado com o escopo de averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso, da Escola Municipal Desembargador Carlos Garcia De Queiroz, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que a frequentam. Compulsando aos autos, verifica-se que o presente caso comporta arquivamento, isto porque, as medidas encetadas no feito diante da intervenção ministerial, levaram ao ajuizamento de Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001, a qual abarca as questões investigadas no presente, concedido prazo para apresentação de cronograma, no âmbito da referida Ação Civil Pública, para a revitalização das unidades educacionais de modo que eventual descumprimento deverá ser executado judicialmente. Destarte, diante da ausência de justa causa a sustentar o presente procedimento, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, esgotado o objeto do feito, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

**16. Inquérito Civil nº 06.2022.00001293-4**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 46a PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE (MS) – EDUCAÇÃO – ESTRUTURA FÍSICA DE INSTALAÇÕES PREDIAIS – ESCOLAS PÚBLICAS – REDE MUNICIPAL DE ENSINO – AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil instaurado com o escopo de averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso, da Escola Municipal Sullivan Silvestre Oliveira Tumune Kalivono, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que a frequentam. Compulsando aos autos, verifica-se que o presente caso comporta arquivamento, isto porque, as medidas encetadas no feito diante da intervenção ministerial, levaram ao ajuizamento de Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001, a qual abarca as questões investigadas no presente, concedido prazo para apresentação de cronograma, no âmbito da referida Ação Civil Pública, para a revitalização das unidades educacionais de modo que eventual descumprimento deverá ser executado judicialmente. Destarte, diante da ausência de justa causa a sustentar o presente procedimento, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, esgotado o objeto do feito, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

**17. Inquérito Civil nº 06.2022.00001335-5**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas



da Rede Municipal de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL – 46a PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE (MS) – EDUCAÇÃO – ESTRUTURA FÍSICA DE INSTALAÇÕES PREDIAIS – ESCOLAS PÚBLICAS – REDE MUNICIPAL DE ENSINO – AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil instaurado com o escopo de averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso, da Escola Municipal Demosthenes Martins, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que a frequentam. Compulsando aos autos, verifica-se que o presente caso comporta arquivamento, isto porque, as medidas encetadas no feito diante da intervenção ministerial, levaram ao ajuizamento de Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001, a qual abarca as questões investigadas no presente, concedido prazo para apresentação de cronograma, no âmbito da referida Ação Civil Pública, para a revitalização das unidades educacionais de modo que eventual descumprimento deverá ser executado judicialmente. Destarte, diante da ausência de justa causa a sustentar o presente procedimento, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, esgotado o objeto do feito, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

#### **18. Inquérito Civil nº 06.2022.00001367-7**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL – 46a PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE (MS) – EDUCAÇÃO – ESTRUTURA FÍSICA DE INSTALAÇÕES PREDIAIS – ESCOLAS PÚBLICAS – REDE MUNICIPAL DE ENSINO – AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil instaurado com o escopo de averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Ivone Calarge Zahran, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que a frequentam. Compulsando aos autos, verifica-se que o presente caso comporta arquivamento, isto porque, as medidas encetadas no feito diante da intervenção ministerial, levaram ao ajuizamento de Ação Civil Pública nº0902407-09.2021.8.12.0001, a qual abarca as questões investigadas no presente, concedido prazo para apresentação de cronograma, no âmbito da referida Ação Civil Pública, para a revitalização das unidades educacionais de modo que eventual descumprimento deverá ser executado judicialmente. Destarte, diante da ausência de justa causa a sustentar o presente procedimento, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007-PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, esgotado o objeto do feito, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

#### **19. Inquérito Civil nº 06.2022.00001371-1**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL – 46a PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE (MS) – EDUCAÇÃO – ESTRUTURA FÍSICA DE INSTALAÇÕES PREDIAIS – ESCOLAS PÚBLICAS – REDE MUNICIPAL DE ENSINO – AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil instaurado com o escopo de averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Professora Maria Tereza Rodrigues Extensão VIII, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que a frequentam. Compulsando aos autos, verifica-se que o presente caso comporta arquivamento, isto



porque, as medidas encetadas no feito diante da intervenção ministerial, levaram ao ajuizamento de Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001, a qual abarca as questões investigadas no presente, concedido prazo para apresentação de cronograma, no âmbito da referida Ação Civil Pública, para a revitalização das unidades educacionais de modo que eventual descumprimento deverá ser executado judicialmente. Destarte, diante da ausência de justa causa a sustentar o presente procedimento, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, esgotado o objeto do feito, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

## 20. Inquérito Civil nº 06.2022.00001375-5

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE (MS) – EDUCAÇÃO – ESTRUTURA FÍSICA DE INSTALAÇÕES PREDIAIS – ESCOLAS PÚBLICAS – REDE MUNICIPAL DE ENSINO – AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil instaurado com o escopo de averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Juracy Galvão Oliveira, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que a frequentam. Compulsando aos autos, verifica-se que o presente caso comporta arquivamento, isto porque, as medidas encetadas no feito diante da intervenção ministerial, levaram ao ajuizamento de Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001, a qual abarca as questões investigadas no presente, concedido prazo para apresentação de cronograma, no âmbito da referida Ação Civil Pública, para a revitalização das unidades educacionais de modo que eventual descumprimento deverá ser executado judicialmente. Destarte, diante da ausência de justa causa a sustentar o presente procedimento, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, esgotado o objeto do feito, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

## 21. Inquérito Civil nº. 06.2023.00000209-5

29ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possíveis irregularidades nos processos de compra relacionados à Ata de Registro de Preços n. 060/2017.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE (MS) – DENÚNCIA - APURAR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – IRREGULARIDADES NO PROCESSO DE COMPRA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - DILIGÊNCIAS REALIZADAS – OITIVAS DE TESTEMUNHAS - OBTENÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NÃO COMPROVADA - DOLO NÃO COMPROVADO – REGULARIZAÇÃO - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CARACTERIZADO – INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PARA TUTELA COLETIVA DO PARQUET - ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil instaurado para apurar possíveis irregularidades no processo de compra relacionado à Ata de Registro de Preços n. 060/2017. Desta feita, juntou-se aos autos a Ata de Registro de Preços n. 060/2017 (f. 09/13) e o Relatório n. 022/2021/GECOC (f. 14/88). Ocorre que, findas as diligências úteis à instrução do procedimento, não houve comprovação, de maneira minimamente suficiente, de qualquer irregularidade passível de mitigação na esfera judicial à verossimilhança exigida pelo ordenamento pátrio, ou mesmo, qualquer outra conduta que pudesse ser classificada como ímproba nos termos da Lei n. 8.429/1921, de forma que uma Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa restaria destituída de fundamentos. Destarte, diante da ausência de justa causa a sustentar o presente procedimento, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**



**22. Inquérito Civil: 06.2021.00001418-3**

1ª Promotoria de Justiça de Naviraí

Requerente: Núcleo Ambiental de Apoio ao CAOMA - MPMS

Requerido: Mardônio Gonçalves Silva

Assunto: Apurar o déficit de 416,07 hectares em área de reserva legal; bem como a ausência de vegetação arbórea densa em 136 hectares nas áreas delimitadas como Reserva Legal (fora das APPs); e em 32 hectares nas Áreas de Preservação Permanente, na Fazenda Santa Helena, nesta cidade de Naviraí/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 044/2021 CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS Rios – Projeto Córrego Curupaí), tendo como investigado Mardônio Gonçalves Silva.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NAVIRAÍ - PROGRAMA SOS RIOS – PROJETO CÓRREGO CURUPAÍ - APURAR DANO AMBIENTAL NA FAZENDA SANTA HELENA – MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ (MS) – APURAR DÉFICIT DE 416,07 HECTARES EM ÁREA DE RESERVA LEGAL – APURAR AUSÊNCIA DE VEGETAÇÃO ARBÓREA Densa EM 136 HECTARES NAS ÁREAS DELIMITADAS COMO RESERVA LEGAL (FORA DAS APPS) - SUPRESSÃO DE 32 HECTARES NAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Trata-se de Inquérito Civil, inicialmente instaurado para apurar déficit de 416,07 hectares em área de Reserva Legal, bem como a ausência de vegetação arbórea densa em 136 hectares nas áreas delimitadas como Reserva Legal (fora das APPs) e em 32 hectares nas Áreas de Preservação Permanente, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 044/2021 CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS Rios – Projeto Córrego Curupaí) na Fazenda de propriedade de Mardônio Gonçalves Silva, denominada “FAZENDA SANTA HELENA”, localizada no Município de Naviraí (MS). 2. Observa-se que as irregularidades constatadas no Relatório Técnico de Diagnóstico Ambiental foram sanadas, uma vez que os documentos apresentados pelo requerido foram aptos a verificar a regularidade da propriedade, porquanto atenderam as sugestões dos laudos técnicos que deram origem à instauração deste procedimento administrativo. 3. Nesse sentido, destaca-se que o requerido já efetuou a inscrição da propriedade no Cadastro Ambiental Rural – CAR e realizou o protocolo do Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas - PRADA no IMASUL, consoante os documentos fls. 107-121, 137-138, 139-151, 152-162. 4. Destarte, diante da ausência de justa causa a sustentar o presente procedimento, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, esgotado o objeto do feito, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

**23. Inquérito Civil nº 06.2020.00000274-0**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Cláudio Balzan

Assunto: Analisar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade Fazenda Água Clara - matrículas 783 e 1716, pertencente ao Sr. Claudio Balzan, localizada ao longo do Rio

Aquidauana, no Município de São Gabriel do Oeste/MS, que foi objeto de diagnóstico ambiental.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO GABRIEL DO OESTE (MS) - MEIO AMBIENTE – DIAGNÓSTICO ECOSISTÊMICO DAS PROPRIEDADES QUE MARGEIAM O RIO AQUIDAUANA - DILIGÊNCIAS REALIZADAS – ATIVIDADES DE REGENERAÇÃO VEGETAL REALIZADAS VOLUNTARIAMENTE PELO PROPRIETÁRIO – VISTORIA *IN LOCO* – INEXISTÊNCIA DE DANOS AMBIENTAIS REMANESCENTES – APLICABILIDADE DO ENUNCIADO 03 – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil instaurado para apurar a regularidade jurídico-ambiental de umas das propriedades localizadas ao no Município de São Gabriel do Oeste/MS, que foram objeto de diagnóstico ecossistêmico das propriedades que margeiam o Rio Aquidauana, realizado pela empresa DMTR Engenharia, conforme Ofício nº360/2016/CAOMA, qual seja a “Fazenda Água Clara”, pertencente a Cláudio Balzan e outros. No presente caso, resta evidenciado que tal fato se apresenta como dano de menor potencial ofensivo, de forma que se aplica a fundamentação do Enunciado nº03 do CSMP, considerando que a ilegalidade aqui investigada não gerou expressiva repercussão socioeconômica, sendo desnecessária qualquer intervenção legal, diante da promoção das atividades necessária para regeneração natural por parte do proprietário. Dessa forma, considero que, no âmbito da esfera de atribuição do ministério público, em razão da última vistoria *in loco* realizada na propriedade, inexistem ilegalidades ou explorações ambientais remanescentes para dar ensejo ao prosseguimento do feito. Destarte, esgotado o objeto do feito, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul tem-se que o arquivamento é medida que se impõe.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator**



**Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

#### **24. Inquérito Civil nº 06.2018.00001558-5**

16ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Roberto Razuk Filho e Pedro Brum V. Oliveira & Cia Ltda-EPP Assunto: Apurar possível prática que caracteriza improbidade, decorrente do desvio de funcionários contratados da empresa terceirizada Pedro Brum V. Oliveira & Cia Ltda., para prestarem serviços junto à Secretaria de Assistência Social, no intuito de favorecer campanha política do filho da então prefeita Délia Razuk.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 16ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DOURADOS (MS) – DENÚNCIA ANÔNIMA - APURAR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - DESVIO DE FUNCIONÁRIOS PARA FAVORECIMENTO POLÍTICO - ASSISTÊNCIA SOCIAL - DILIGÊNCIAS REALIZADAS – OITIVAS DE TESTEMUNHAS - OBTENÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NÃO COMPROVADA - DOLO NÃO COMPROVADO – CONVOCAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS POR CONCURSO PÚBLICO – REGULARIZAÇÃO - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CARACTERIZADO – INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PARA TUTELA COLETIVA DO PARQUET - ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil instaurado para apurar possível prática que caracteriza improbidade, decorrente do desvio de funcionários contratados da empresa terceirizada Pedro Brum V. Oliveira & Cia Ltda., para prestarem serviços junto à Secretaria de Assistência Social, no intuito de favorecer campanha política do filho da então prefeita Délia Razuk. Ocorre que, findas as diligências úteis à instrução do procedimento, não houve comprovação, de maneira minimamente suficiente, de qualquer irregularidade passível de mitigação na esfera judicial à verossimilhança exigida pelo ordenamento pátrio, ou mesmo, qualquer outra conduta que pudesse ser classificada como ímproba nos termos da Lei n. 8.429/1921, de forma que uma Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa restaria destituída de fundamentos. Destarte, diante da ausência de justa causa a sustentar o presente procedimento, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

#### **2.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:**

##### **1. Inquérito Civil nº 06.2022.00000799-7**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rubens Garcia Castilho

Assunto: Adotar as medidas necessárias para regularização jurídico-ambiental da "Fazenda Berrante de Ouro", frente à necessidade de reformas e manutenção nas curvas em nível e caixas de contenção, para os fins de conter alguns "trieiros" ou fissuras causadas pelo trânsito de animais de cria nas proximidades.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CASSILÂNDIA/MS – ADOÇÃO DE MEDIDAS NECESSÁRIAS PARA REGULARIZAÇÃO JURÍDICO-AMBIENTAL DA “FAZENDA BERRANTE DE OURO”, ANTE A NECESSIDADE DE REFORMAS E MANUTENÇÃO DAS CURVAS DE NÍVEL E CAIXAS DE CONTENÇÃO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - IRREGULARIDADES SANADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que não há justificativa para que o presente procedimento permaneça em andamento, vez que em Relatório de Vistoria nº 008/2ºPEL/6ªCIA/BPMA/2023, realizado na “Fazenda Berrante de Ouro”, em 08 de julho de 2023, observou-se que foram supridas as irregularidades identificadas pela Polícia Militar Ambiental, ou seja, procedeu-se à manutenção e reforma das curvas em nível e bacias de contenção da propriedade, evitando que as águas pluviais escoem ao leito do córrego "Coletor", o que contribuiria para o seu assoreamento. Enfim, acresça-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o eventual surgimento de fato novo se dê posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

##### **2. Inquérito Civil nº 06.2022.00001358-8**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul.



Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DE OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES DAS ESTRUTURAS FÍSICAS E PRECARIIDADES DAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, VISANDO A GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE ESTADUAL DE ENSINO INEXISTÊNCIA DE DEFICIÊNCIAS FÍSICAS OU MATERIAIS CONCRETAS IDENTIFICADAS A SEREM REPARADAS - FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamentação para a atuação funcional do Parquet, mormente diante da não constatação da ocorrência de dano ou lesão concreta identificada a justificar o prosseguimento das investigações no presente inquérito civil, vez que somente é iniciada uma investigação quando haja elementos suficientes de convicção acerca das necessidades apontadas, devendo existir o mínimo de lastro informativo e indiciário para o início da persecução administrativa ou cível. Sabe-se que constitui dever permanente dos administradores das escolas públicas municipais e estaduais a vigilância e o zelo constante pela regularidade e manutenção das estruturas físicas e administrativas para o bom funcionamento das unidades escolares, não só para o cumprimento das metas do ensino público, como também para a garantia da segurança e bem estar dos alunos, proporcionando-lhes as adequadas condições ao aprendizado. Assim sendo, no intuito de se verificar se tais irregularidades poderiam ser encontradas na Rede Estadual de Ensino, foram instaurados independentemente de provocação 157 (cento e cinquenta e sete) Inquéritos Cíveis, os quais foram aqui mencionados. Impende, ainda, frisar que foi ajuizada a Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001 em face do Município de Campo Grande, visando a compeli-lo à regularidade documental das escolas integrantes da rede municipal de ensino, situação que, inevitavelmente, pode abranger as questões estruturais das escolas em comento, haja vista a necessidade de regularização para fins de certificação (alvarás de funcionamento) pelo Corpo de Bombeiros. Registre-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de eventual fato novo que o justifique se dê posterior prosseguimento das investigações ou a propositura de ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

### 3. Inquérito Civil nº 06.2022.00001365-5

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DE OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES DAS ESTRUTURAS FÍSICAS E PRECARIIDADES DAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, VISANDO A GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE ESTADUAL DE ENSINO - INEXISTÊNCIA DE DEFICIÊNCIAS FÍSICAS OU MATERIAIS CONCRETAS IDENTIFICADAS A SEREM REPARADAS - FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamentação para a atuação funcional do Parquet, mormente diante da não constatação da ocorrência de lesão concreta identificada a justificar o prosseguimento das investigações no presente inquérito civil, vez que somente é iniciada uma investigação quando haja elementos suficientes de convicção acerca das necessidades apontadas, devendo existir o mínimo de lastro informativo e indiciário para o início da persecução administrativa ou cível. Sabe-se que constitui dever permanente dos administradores das escolas públicas municipais e estaduais a vigilância e o zelo constante pela regularidade e manutenção das estruturas físicas e administrativas para o bom funcionamento das unidades escolares, não só para o cumprimento das metas do ensino público, como também para a garantia da segurança e bem estar dos alunos, proporcionando-lhes as adequadas condições ao aprendizado. Assim sendo, no intuito de se verificar se tais irregularidades poderiam ser encontradas na Rede Estadual de Ensino, foram instaurados independentemente de provocação 157 (cento e cinquenta e sete) Inquéritos Cíveis, os quais foram aqui mencionados. Impende, ainda, frisar que foi ajuizada a Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001 em face do Município de Campo Grande, visando a compeli-lo à regularidade documental das escolas integrantes da rede municipal de ensino, situação que, inevitavelmente,



pode abranger as questões estruturais das escolas em comento, haja vista a necessidade de regularização para fins de certificação (alvarás de funcionamento) pelo Corpo de Bombeiros. Registre-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de eventual fato novo que o justifique se dê posterior prosseguimento das investigações ou a propositura de ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

#### 4. Inquérito Civil nº 06.2022.00001337-7

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DE OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES DAS ESTRUTURAS FÍSICAS E PRECARIIDADES DAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, VISANDO A GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE ESTADUAL DE ENSINO - INEXISTÊNCIA DE DEFICIÊNCIAS FÍSICAS OU MATERIAIS CONCRETAS IDENTIFICADAS A SEREM REPARADAS - FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamentação para a atuação funcional do Parquet, mormente diante da não constatação da ocorrência de dano ou lesão concreta identificada a justificar o prosseguimento das investigações no presente inquérito civil, vez que somente é iniciada uma investigação quando haja elementos suficientes de convicção acerca das necessidades apontadas, devendo existir o mínimo de lastro informativo e indiciário para o início da persecução administrativa ou cível. Sabe-se que constitui dever permanente dos administradores das escolas públicas municipais e estaduais a vigilância e o zelo constante pela regularidade e manutenção das estruturas físicas e administrativas para o bom funcionamento das unidades escolares, não só para o cumprimento das metas do ensino público, como também para a garantia da segurança e bem estar dos alunos, proporcionando-lhes as adequadas condições ao aprendizado. Assim sendo, no intuito de se verificar se tais irregularidades poderiam ser encontradas na Rede Estadual de Ensino, foram instaurados independentemente de provocação 157 (cento e cinquenta e sete) Inquéritos Cíveis, os quais foram aqui mencionados. Impende, ainda, frisar que foi ajuizada a Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001 em face do Município de Campo Grande, visando a compeli-lo à regularidade documental das escolas integrantes da rede municipal de ensino, situação que, inevitavelmente, pode abranger as questões estruturais das escolas em comento, haja vista a necessidade de regularização para fins de certificação (alvarás de funcionamento) pelo Corpo de Bombeiros. Registre-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de eventual fato novo que o justifique se dê posterior prosseguimento das investigações ou a propositura de ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

#### 5. Inquérito Civil nº 06.2022.00001393-3

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DE OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES DAS ESTRUTURAS FÍSICAS E PRECARIIDADES DAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, VISANDO A GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE ESTADUAL DE ENSINO - INEXISTÊNCIA DE DEFICIÊNCIAS FÍSICAS OU MATERIAIS CONCRETAS IDENTIFICADAS A SEREM REPARADAS - FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Exsurge imponente o convencimento da





inexistência de fundamentação para a atuação funcional do Parquet, mormente diante da não constatação da ocorrência de dano ou lesão concreta identificada a justificar o prosseguimento das investigações no presente inquérito civil, vez que somente é iniciada uma investigação quando haja elementos suficientes de convicção acerca das necessidades apontadas, devendo existir o mínimo de lastro informativo e indiciário para o início da persecução administrativa ou cível. Sabe-se que constitui dever permanente dos administradores das escolas públicas municipais e estaduais a vigilância e o zelo constante pela regularidade e manutenção das estruturas físicas e administrativas para o bom funcionamento das unidades escolares, não só para o cumprimento das metas do ensino público, como também para a garantia da segurança e bem-estar dos alunos, proporcionando-lhes as adequadas condições ao aprendizado. Assim sendo, no intuito de se verificar se tais irregularidades poderiam ser encontradas na Rede Estadual de Ensino, foram instaurados independentemente de provocação 157 (cento e cinquenta e sete) Inquéritos Cíveis, os quais foram aqui mencionados. Impende, ainda, frisar que foi ajuizada a Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001 em face do Município de Campo Grande, visando a compeli-lo à regularidade documental das escolas integrantes da rede municipal de ensino, situação que, inevitavelmente, pode abranger as questões estruturais das escolas em comento, haja vista a necessidade de regularização para fins de certificação (alvarás de funcionamento) pelo Corpo de Bombeiros. Registre-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de eventual fato novo que o justifique se dê posterior prosseguimento das investigações ou a propositura de ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

#### 6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001377-7

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DE OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES DAS ESTRUTURAS FÍSICAS E PRECARIIDADES DAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, VISANDO A GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE ESTADUAL DE ENSINO - INEXISTÊNCIA DE DEFICIÊNCIAS FÍSICAS OU MATERIAIS CONCRETAS IDENTIFICADAS A SEREM REPARADAS - FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamentação para a atuação funcional do Parquet, mormente diante da não constatação da ocorrência de dano ou lesão concreta identificada a justificar o prosseguimento das investigações no presente inquérito civil, vez que somente é iniciada uma investigação quando haja elementos suficientes de convicção acerca das necessidades apontadas, devendo existir o mínimo de lastro informativo e indiciário para o início da persecução administrativa ou cível. Sabe-se que constitui dever permanente dos administradores das escolas públicas municipais e estaduais a vigilância e o zelo constante pela regularidade e manutenção das estruturas físicas e administrativas para o bom funcionamento das unidades escolares, não só para o cumprimento das metas do ensino público, como também para a garantia da segurança e bem-estar dos alunos, proporcionando-lhes as adequadas condições ao aprendizado. Assim sendo, no intuito de se verificar se tais irregularidades poderiam ser encontradas na Rede Estadual de Ensino, foram instaurados independentemente de provocação 157 (cento e cinquenta e sete) Inquéritos Cíveis, os quais foram aqui mencionados. Impende, ainda, frisar que foi ajuizada a Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001 em face do Município de Campo Grande, visando a compeli-lo à regularidade documental das escolas integrantes da rede municipal de ensino, situação que, inevitavelmente, pode abranger as questões estruturais das escolas em comento, haja vista a necessidade de regularização para fins de certificação (alvarás de funcionamento) pelo Corpo de Bombeiros. Registre-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de eventual fato novo que o justifique se dê posterior prosseguimento das investigações ou a propositura de ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

#### 7. Inquérito Civil nº 06.2022.00001397-7

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande



Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DE OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES DAS ESTRUTURAS FÍSICAS E PRECARIEDADES DAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, VISANDO A GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE ESTADUAL DE ENSINO - INEXISTÊNCIA DE DEFICIÊNCIAS FÍSICAS OU MATERIAIS CONCRETAS IDENTIFICADAS A SEREM REPARADAS - FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamentação para a atuação funcional do Parquet, mormente diante da não constatação da ocorrência de dano ou lesão concreta identificada a justificar o prosseguimento das investigações no presente inquérito civil, vez que somente é iniciada uma investigação quando haja elementos suficientes de convicção acerca das necessidades apontadas, devendo existir o mínimo de lastro informativo e indiciário para o início da persecução administrativa ou cível. Sabe-se que constitui dever permanente dos administradores das escolas públicas municipais e estaduais a vigilância e o zelo constante pela regularidade e manutenção das estruturas físicas e administrativas para o bom funcionamento das unidades escolares, não só para o cumprimento das metas do ensino público, como também para a garantia da segurança e bem estar dos alunos, proporcionando-lhes as adequadas condições ao aprendizado. Assim sendo, no intuito de se verificar se tais irregularidades poderiam ser encontradas na Rede Estadual de Ensino, foram instaurados independentemente de provocação 157 (cento e cinquenta e sete) Inquéritos Cíveis, os quais foram aqui mencionados. Impende, ainda, frisar que foi ajuizada a Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001 em face do Município de Campo Grande, visando a compeli-lo à regularidade documental das escolas integrantes da rede municipal de ensino, situação que, inevitavelmente, pode abranger as questões estruturais das escolas em comento, haja vista a necessidade de regularização para fins de certificação (alvarás de funcionamento) pelo Corpo de Bombeiros. Registre-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de eventual fato novo que o justifique se dê posterior prosseguimento das investigações ou a propositura de ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

## 8. Inquérito Civil nº 06.2022.00001418-7

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DE OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES DAS ESTRUTURAS FÍSICAS E PRECARIEDADES DAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, VISANDO A GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE ESTADUAL DE ENSINO - INEXISTÊNCIA DE DEFICIÊNCIAS FÍSICAS OU MATERIAIS CONCRETAS IDENTIFICADAS A SEREM REPARADAS - FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamentação para a atuação funcional do Parquet, mormente diante da não constatação da ocorrência de dano ou lesão concreta identificada a justificar o prosseguimento das investigações no presente inquérito civil, vez que somente é iniciada uma investigação quando haja elementos suficientes de convicção acerca das necessidades apontadas, devendo existir o mínimo de lastro informativo e indiciário para o início da persecução administrativa ou cível. Sabe-se que constitui dever permanente dos administradores das escolas públicas municipais e estaduais a vigilância e o zelo constante pela regularidade e manutenção das estruturas físicas e administrativas para o bom funcionamento das unidades escolares, não só para o cumprimento das metas do ensino público, como também para a garantia da segurança e bem estar dos alunos, proporcionando-lhes as adequadas condições ao aprendizado. Assim sendo, no intuito de se verificar se tais irregularidades poderiam ser encontradas na Rede Estadual de Ensino, foram instaurados independentemente de provocação 157 (cento e cinquenta e sete) Inquéritos Cíveis, os quais foram aqui mencionados. Impende, ainda, frisar que



foi ajuizada a Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001 em face do Município de Campo Grande, visando a compeli-lo à regularidade documental das escolas integrantes da rede municipal de ensino, situação que, inevitavelmente, pode abranger as questões estruturais das escolas em comento, haja vista a necessidade de regularização para fins de certificação (alvarás de funcionamento) pelo Corpo de Bombeiros. Registre-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de eventual fato novo que o justifique se dê posterior prosseguimento das investigações ou a propositura de ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

#### 9. Inquérito Civil nº 06.2022.00001422-1

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DE OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES DAS ESTRUTURAS FÍSICAS E PRECARIEDADES DAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, VISANDO A GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE ESTADUAL DE ENSINO - INEXISTÊNCIA DE DEFICIÊNCIAS FÍSICAS OU MATERIAIS CONCRETAS IDENTIFICADAS A SEREM REPARADAS - FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamentação para a atuação funcional do Parquet, mormente diante da não constatação da ocorrência de dano ou lesão concreta identificada a justificar o prosseguimento das investigações no presente inquérito civil, vez que somente é iniciada uma investigação quando haja elementos suficientes de convicção acerca das necessidades apontadas, devendo existir o mínimo de lastro informativo e indiciário para o início da persecução administrativa ou cível. Sabe-se que constitui dever permanente dos administradores das escolas públicas municipais e estaduais a vigilância e o zelo constante pela regularidade e manutenção das estruturas físicas e administrativas para o bom funcionamento das unidades escolares, não só para o cumprimento das metas do ensino público, como também para a garantia da segurança e bem-estar dos alunos, proporcionando-lhes as adequadas condições ao aprendizado. Assim sendo, no intuito de se verificar se tais irregularidades poderiam ser encontradas na Rede Estadual de Ensino, foram instaurados independentemente de provocação 157 (cento e cinquenta e sete) Inquéritos Cíveis, os quais foram aqui mencionados. Impende, ainda, frisar que foi ajuizada a Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001 em face do Município de Campo Grande, visando a compeli-lo à regularidade documental das escolas integrantes da rede municipal de ensino, situação que, inevitavelmente, pode abranger as questões estruturais das escolas em comento, haja vista a necessidade de regularização para fins de certificação (alvarás de funcionamento) pelo Corpo de Bombeiros. Registre-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de eventual fato novo que o justifique se dê posterior prosseguimento das investigações ou a propositura de ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

#### 10. Inquérito Civil nº 06.2023.00000225-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Gerson Miranda da Silva e Elias Mariano da Silva

Assunto: Apurar suposta ocorrência de dano ambiental decorrente da utilização de 2,1 hectares de reserva legal, formada por vegetação nativa, para o pastoreio de bovinos, no “Assentamento Agriverde”, situado no Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO/MS - APURAÇÃO DE SUPOSTA OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL, DECORRENTE DA UTILIZAÇÃO DE 2,1 HECTARES DE RESERVA LEGAL, NO “ASSENTAMENTO AGRIVERDE”, SEM LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS COMPETENTES - IRREGULARIDADE SANADA - CASALHO RETIRADO PARA MANUTENÇÃO DE RODOVIA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO -





**HOMOLOGAÇÃO.** Depreende-se dos presentes autos, que o servidor auxiliar da Promotoria de Justiça de origem compareceu ao “Assentamento Fama”, oportunidade em que certificou que a área de reserva legal estava delimitada por uma cerca antiga, e, no ato da vistoria, não havia animais no local. Ademais, em relação à exploração de cascalho, restou esclarecido que esta foi realizada de forma pontual pela Prefeitura Municipal, para realização de reparos na estrada rural que dá acesso ao Assentamento e, inclusive, faz parte da linha de transporte escolar. Ademais, tem-se que o local onde houve a extração de cascalho não chega a um hectare, sendo que o assentamento possui, aproximadamente, 304 hectares. Desse modo, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

#### **11. Inquérito Civil nº 06.2023.00001312-6**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Paulo César Ribeiro da Costa

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente de desmatamento, exploração econômica ou degradação de floresta, plantada ou nativa, em terras de domínio público ou devolutas, sem autorização do órgão competente. Ainda, desmatar, a corte raso, florestas ou demais formações nativas, fora da reserva legal, sem autorização da autoridade competente.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TRÊS LAGOAS/MS - APURAÇÃO DE POSSÍVEL DANO AMBIENTAL DECORRENTE DE DESMATAMENTO, EXPLORAÇÃO ECONÔMICA OU DEGRADAÇÃO DE FLORESTA, PLANTADA OU NATIVA, EM TERRAS DE DOMÍNIO PÚBLICO OU DEVOLUTAS, SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2024.00000754-0 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta" celebrado às fls. 72/75, está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a

Promotoria de Justiça de origem informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000754-0 (fl. 80) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

#### **12. Inquérito Civil nº 06.2022.00000608-7**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jorge Tsutomu Miyoshi

Assunto: Apurar desmatamentos, possivelmente ilegais, de 27,16 ha, realizado no período compreendido entre 04/12/2020 e 21/08/2021, conforme Laudo Técnico n.º 273/21/Nugeo (Programa DNA Ambiental 2021), de 1.20 ha, ocorrido entre 19/02/2022 e 22/04/2022, conforme Laudo Técnico n.º 329/22/Nugeo (Programa DNA Ambiental 2022) e de 22,59 ha, realizado no período entre 07/09/2021-29/03/2022, conforme Laudo Técnico n.º 276/22/Nugeo, ocorridos na Fazenda Córrego Fundo, em Camapuã/MS, de propriedade de Jorge Tsutomu Miyoshi.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMAPUÃ - APURAÇÃO DE DESMATAMENTO POSSIVELMENTE ILEGAL DE 27,16 HA NA “FAZENDA CÓRREGO FUNDO”, EM CAMAPUÃ/MS - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - DANO

AMBIENTAL DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 03 DO CSMP – ADOÇÃO DE MEDIDAS PELO ÓRGÃO AMBIENTAL E APURAÇÃO DOS FATOS NA SEARA CRIMINAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando-se os autos, verifica-se que o dano ambiental constatado na propriedade é de menor potencial ofensivo, portanto, passível de aplicação do Enunciado nº 03 do CSMP. Além disso, foram adotadas medidas para a reparação do dano pelo órgão ambiental competente, por meio da cominação de multa, bem como a apuração dos fatos em âmbito criminal. Registre-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007. Promoção de arquivamento - homologação.



**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

### **13. Inquérito Civil nº 06.2022.00001226-7**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DE OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES DAS ESTRUTURAS FÍSICAS E PRECARIIDADES DAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, VISANDO A GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE ESTADUAL DE ENSINO - INEXISTÊNCIA DE DEFICIÊNCIAS FÍSICAS OU MATERIAIS CONCRETAS IDENTIFICADAS A SEREM REPARADAS - FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamentação para a atuação funcional do Parquet, mormente diante da não constatação da ocorrência de dano ou lesão concreta identificada a justificar o prosseguimento das investigações no presente inquérito civil, vez que somente é iniciada uma investigação quando haja elementos suficientes de convicção acerca das necessidades apontadas, devendo existir o mínimo de lastro informativo e indiciário para o início da persecução administrativa ou cível. Sabe-se que constitui dever permanente dos administradores das escolas públicas municipais e estaduais a vigilância e o zelo constante pela regularidade e manutenção das estruturas físicas e administrativas para o bom funcionamento das unidades escolares, não só para o cumprimento das metas do ensino público, como também para a garantia da segurança e bem-estar dos alunos, proporcionando-lhes as adequadas condições ao aprendizado. Assim sendo, no intuito de se verificar se tais irregularidades poderiam ser encontradas na Rede Estadual de Ensino, foram instaurados independentemente de provocação 157 (cento e cinquenta e sete) Inquéritos Cíveis, os quais foram aqui mencionados. Impende, ainda, frisar que foi ajuizada a Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001 em face do Município de Campo Grande, visando a compeli-lo à regularidade documental das escolas integrantes da rede municipal de ensino, situação que, inevitavelmente, pode abranger as questões estruturais das escolas em comento, haja vista a necessidade de regularização para fins de certificação (alvarás de funcionamento) pelo Corpo de Bombeiros. Registre-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de eventual fato novo que o justifique se dê posterior prosseguimento das investigações ou a propositura de ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

### **14. Inquérito Civil nº 06.2022.00001227-8**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DE OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES DAS ESTRUTURAS FÍSICAS E PRECARIIDADES DAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, VISANDO A GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE ESTADUAL DE ENSINO - INEXISTÊNCIA DE DEFICIÊNCIAS FÍSICAS OU MATERIAIS CONCRETAS IDENTIFICADAS A SEREM REPARADAS - FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamentação para a atuação funcional do Parquet, mormente diante da não constatação da ocorrência de dano ou lesão concreta identificada a justificar o prosseguimento das investigações no presente inquérito civil, vez que somente é iniciada uma investigação quando haja elementos suficientes de convicção acerca das necessidades apontadas, devendo existir o mínimo de lastro informativo e indiciário para o início da persecução administrativa ou cível. Sabe-se que constitui dever permanente dos administradores das escolas públicas municipais e estaduais a vigilância e o zelo



constante pela regularidade e manutenção das estruturas físicas e administrativas para o bom funcionamento das unidades escolares, não só para o cumprimento das metas do ensino público, como também para a garantia da segurança e bem-estar dos alunos, proporcionando-lhes as adequadas condições ao aprendizado. Assim sendo, no intuito de se verificar se tais irregularidades poderiam ser encontradas na Rede Estadual de Ensino, foram instaurados independentemente de provocação 157 (cento e cinquenta e sete) Inquéritos Cíveis, os quais foram aqui mencionados. Impende, ainda, frisar que foi ajuizada a Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001 em face do Município de Campo Grande, visando a compeli-lo à regularidade documental das escolas integrantes da rede municipal de ensino, situação que, inevitavelmente, pode abranger as questões estruturais das escolas em comento, haja vista a necessidade de regularização para fins de certificação (alvarás de funcionamento) pelo Corpo de Bombeiros. Registre-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de eventual fato novo que o justifique se dê posterior prosseguimento das investigações ou a propositura de ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

#### **15. Inquérito Civil nº 06.2022.00001266-7**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DE OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES DAS ESTRUTURAS FÍSICAS E PRECARIIDADES DAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, VISANDO A GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE ESTADUAL DE ENSINO - INEXISTÊNCIA DE DEFICIÊNCIAS FÍSICAS OU MATERIAIS CONCRETAS IDENTIFICADAS A SEREM REPARADAS - FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamentação para a atuação funcional do Parquet, mormente diante da não constatação da ocorrência de dano ou lesão concreta identificada a justificar o prosseguimento das investigações no presente inquérito cível, vez que somente é iniciada uma investigação quando haja elementos suficientes de convicção acerca das necessidades apontadas, devendo existir o mínimo de lastro informativo e indiciário para o início da persecução administrativa ou cível. Sabe-se que constitui dever permanente dos administradores das escolas públicas municipais e estaduais a vigilância e o zelo constante pela regularidade e manutenção das estruturas físicas e administrativas para o bom funcionamento das unidades escolares, não só para o cumprimento das metas do ensino público, como também para a garantia da segurança e bem-estar dos alunos, proporcionando-lhes as adequadas condições ao aprendizado. Assim sendo, no intuito de se verificar se tais irregularidades poderiam ser encontradas na Rede Estadual de Ensino, foram instaurados independentemente de provocação 157 (cento e cinquenta e sete) Inquéritos Cíveis, os quais foram aqui mencionados. Impende, ainda, frisar que foi ajuizada a Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001 em face do Município de Campo Grande, visando a compeli-lo à regularidade documental das escolas integrantes da rede municipal de ensino, situação que, inevitavelmente, pode abranger as questões estruturais das escolas em comento, haja vista a necessidade de regularização para fins de certificação (alvarás de funcionamento) pelo Corpo de Bombeiros. Registre-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de eventual fato novo que o justifique se dê posterior prosseguimento das investigações ou a propositura de ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

#### **16. Inquérito Civil nº 06.2022.00001278-9**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.



EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DE OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES DAS ESTRUTURAS FÍSICAS E PRECARIIDADES DAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, VISANDO A GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE ESTADUAL DE ENSINO INEXISTÊNCIA DE DEFICIÊNCIAS FÍSICAS OU MATERIAIS CONCRETAS IDENTIFICADAS A SEREM REPARADAS - FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamentação para a atuação funcional do Parquet, mormente diante da não constatação da ocorrência de dano ou lesão concreta identificada a justificar o prosseguimento das investigações no presente inquérito civil, vez que somente é iniciada uma investigação quando haja elementos suficientes de convicção acerca das necessidades apontadas, devendo existir o mínimo de lastro informativo e indiciário para o início da persecução administrativa ou cível. Sabe-se que constitui dever permanente dos administradores das escolas públicas municipais e estaduais a vigilância e o zelo constante pela regularidade e manutenção das estruturas físicas e administrativas para o bom funcionamento das unidades escolares, não só para o cumprimento das metas do ensino público, como também para a garantia da segurança e bem-estar dos alunos, proporcionando-lhes as adequadas condições ao aprendizado. Assim sendo, no intuito de se verificar se tais irregularidades poderiam ser encontradas na Rede Estadual de Ensino, foram instaurados independentemente de provocação 157 (cento e cinquenta e sete) Inquéritos Cíveis, os quais foram aqui mencionados. Impende, ainda, frisar que foi ajuizada a Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001 em face do Município de Campo Grande, visando a compeli-lo à regularidade documental das escolas integrantes da rede municipal de ensino, situação que, inevitavelmente, pode abranger as questões estruturais das escolas em comento, haja vista a necessidade de regularização para fins de certificação (alvarás de funcionamento) pelo Corpo de Bombeiros. Registre-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de eventual fato novo que o justifique se dê posterior prosseguimento das investigações ou a propositura de ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

#### 17. Inquérito Civil nº 06.2022.00001288-9

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DE OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES DAS ESTRUTURAS FÍSICAS E PRECARIIDADES DAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, VISANDO A GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE ESTADUAL DE ENSINO - INEXISTÊNCIA DE DEFICIÊNCIAS FÍSICAS OU MATERIAIS CONCRETAS IDENTIFICADAS A SEREM REPARADAS - FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamentação para a atuação funcional do Parquet, mormente diante da não constatação da ocorrência de dano ou lesão concreta identificada a justificar o prosseguimento das investigações no presente inquérito civil, vez que somente é iniciada uma investigação quando haja elementos suficientes de convicção acerca das necessidades apontadas, devendo existir o mínimo de lastro informativo e indiciário para o início da persecução administrativa ou cível. Sabe-se que constitui dever permanente dos administradores das escolas públicas municipais e estaduais a vigilância e o zelo constante pela regularidade e manutenção das estruturas físicas e administrativas para o bom funcionamento das unidades escolares, não só para o cumprimento das metas do ensino público, como também para a garantia da segurança e bem-estar dos alunos, proporcionando-lhes as adequadas condições ao aprendizado. Assim sendo, no intuito de se verificar se tais irregularidades poderiam ser encontradas na Rede Estadual de Ensino, foram instaurados independentemente de provocação 157 (cento e cinquenta e sete) Inquéritos Cíveis, os quais foram aqui mencionados. Impende, ainda, frisar que foi ajuizada a Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001 em face do Município de Campo Grande, visando a compeli-lo à regularidade documental das escolas integrantes da rede municipal de ensino, situação que, inevitavelmente, pode abranger as questões estruturais das escolas em comento, haja vista a necessidade de regularização para fins de certificação (alvarás de funcionamento) pelo Corpo de Bombeiros. Registre-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de eventual fato novo que o justifique se dê





posterior prosseguimento das investigações ou a propositura de ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

#### **18. Inquérito Civil nº 06.2022.00001348-8**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DE OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES DAS ESTRUTURAS FÍSICAS E PRECARIIDADES DAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, VISANDO A GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE ESTADUAL DE ENSINO - INEXISTÊNCIA DE DEFICIÊNCIAS FÍSICAS OU MATERIAIS CONCRETAS IDENTIFICADAS A SEREM REPARADAS - FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamentação para a atuação funcional do Parquet, mormente diante da não constatação da ocorrência de dano ou lesão concreta identificada a justificar o prosseguimento das investigações no presente inquérito civil, vez que somente é iniciada uma investigação quando haja elementos suficientes de convicção acerca das necessidades apontadas, devendo existir o mínimo de lastro informativo e indiciário para o início da persecução administrativa ou cível. Sabe-se que constitui dever permanente dos administradores das escolas públicas municipais e estaduais a vigilância e o zelo constante pela regularidade e manutenção das estruturas físicas e administrativas para o bom funcionamento das unidades escolares, não só para o cumprimento das metas do ensino público, como também para a garantia da segurança e bem-estar dos alunos, proporcionando-lhes as adequadas condições ao aprendizado. Assim sendo, no intuito de se verificar se tais irregularidades poderiam ser encontradas na Rede Estadual de Ensino, foram instaurados independentemente de provocação 157 (cento e cinquenta e sete) Inquéritos Cíveis, os quais foram aqui mencionados. Impende, ainda, frisar que foi ajuizada a Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001 em face do Município de Campo Grande, visando a compeli-lo à regularidade documental das escolas integrantes da rede municipal de ensino, situação que, inevitavelmente, pode abranger as questões estruturais das escolas em comento, haja vista a necessidade de regularização para fins de certificação (alvarás de funcionamento) pelo Corpo de Bombeiros. Registre-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de eventual fato novo que o justifique se dê posterior prosseguimento das investigações ou a propositura de ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

#### **19. Inquérito Civil nº 06.2022.00001471-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Adairo Furtado de Almeida

Assunto: Apurar eventual desmatamento ilegal de uma área total de 44,84 hectares, ocorrido no período de 04/11/2020 a 29/03/2021 na Fazenda Três Marias, localizada em Figueirão, de propriedade de Adairo Furtado de Almeida, conforme Laudo Técnico n.º 327/21/Nugeo.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMAPUÃ/MS - APURAÇÃO DE EVENTUAL DESMATAMENTO ILEGAL DE ÁREA TOTAL DE 44,84 HECTARES NA “FAZENDA TRÊS MARIAS”, LOCALIZADA EM FIGUEIRÃO DILIGÊNCIAS PROMOVIDAS - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DO FEITO - REGULARIZAÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL - INEXISTÊNCIA DE DOLO E MÁ-FÉ - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Cumpre ressaltar que a supressão vegetal se deu em razão da documentação falsa elaborada por profissional habilitado, o que está sendo objeto de apuração em face do Boletim de Ocorrência n. 594/2022. Denota-se, porém, que, a fim de regularizar o passivo ambiental, o Requerido realizou a reposição de créditos florestal, hipótese prevista quando houver autorização de supressão de vegetação válida, tendo em vista que a área desmatada, é passível de autorização para desmatamento, por estar fora da Área de Preservação Permanente, Reserva Legal e de Uso Restrito. Ademais, tem-se que o Requerido apresentou carta consulta junto ao órgão



ambiental, com o escopo de regularizar o passivo. Por fim, sublinhe-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público, não impede, com o eventual surgimento de fato novo, se dê posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28, e parágrafo único, da Resolução nº 15/2007-PGJ. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

### **2.1.3. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:**

#### **1. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000404-9**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Proprietário da Fazenda Vista Alegre

Assunto: Apurar suposta poluição ambiental na Fazenda Vista Alegre, ante a suposta existência de 3 (três) poços tubulares para captação de água subterrânea sem as devidas licenças/autorizações ambientais necessárias.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – AMBIENTAL - COMARCA DE CASSILÂNDIA - APURAR SUPOSTA POLUIÇÃO AMBIENTAL ANTE A EXISTÊNCIA DE TRÊS POÇOS TUBULARES PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA SEM AS DEVIDAS LICENÇAS/AUTORIZAÇÕES AMBIENTAIS NECESSÁRIAS - AUSÊNCIA DE DANOS AMBIENTAIS - REGULARIZAÇÃO NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer o objeto dos autos. Poços tubulares para captação ambiental sem licença/autorização do órgão ambiental. Barragens sem o competente licenciamento. Requerimento de regularização junto ao IMASUL. Procedimento administrativo que será devidamente acompanhado pelo órgão ambiental. Arquivamento que não obsta o posterior prosseguimento das investigações caso se verifique a existência de fatos novos. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### **2. Inquérito Civil nº 06.2022.00001236-7**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Celina Martins Jallad visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA MUNICIPAL CELINA MARTINS JALLAD VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Ausência de elementos concretos que indiquem a existência de indícios de lesões. Investigações iniciadas a partir de um juízo de probabilidade da ocorrência dos fatos. Ajuizada Ação Civil Pública visando compelir o Município de Campo Grande a promover a regularização documental das escolas municipais e, conseqüentemente, das questões estruturais. Homologação de arquivamento que não obsta posterior prosseguimento das investigações, caso sobrevenha notícia de fato novo com relação ao objeto dos autos. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### **3. Inquérito Civil nº 06.2022.00001241-2**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Profª Brigida Ferraz Foss visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA MUNICIPAL PROFª BRIGIDA FERRAZ FOSS VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA



DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Ausência de elementos concretos que indiquem a existência de indícios de lesões. Investigações iniciadas a partir de um juízo de probabilidade da ocorrência dos fatos. Ajuizada Ação Civil Pública visando compelir o Município de Campo Grande a promover a regularização documental das escolas municipais e, consequentemente, das questões estruturais. Homologação de arquivamento que não obsta posterior prosseguimento das investigações, caso sobrevenha notícia de fato novo com relação ao objeto dos autos.

Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### 4. Inquérito Civil nº 06.2022.00001251-2

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Osvaldo Cruz visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA MUNICIPAL OSVALDO CRUZ VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES -PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Ausência de elementos concretos que indiquem a existência de indícios de lesões. Investigações iniciadas a partir de um juízo de probabilidade da ocorrência dos fatos. Ajuizada Ação Civil Pública visando compelir o Município de Campo Grande a promover a regularização documental das escolas municipais e, consequentemente, das questões estruturais. Homologação de arquivamento que não obsta posterior prosseguimento das investigações, caso sobrevenha notícia de fato novo com relação ao objeto dos autos. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### 5. Inquérito Civil nº 06.2022.00001270-1

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Antonio Lopes Lins visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA MUNICIPAL ANTONIO LOPES LINS VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Ausência de elementos concretos que indiquem a existência de indícios de lesões. Investigações iniciadas a partir de um juízo de probabilidade da ocorrência dos fatos. Ajuizada Ação Civil Pública visando compelir o Município de Campo Grande a promover a regularização documental das escolas municipais e, consequentemente, das questões estruturais. Homologação de arquivamento que não obsta posterior prosseguimento das investigações, caso sobrevenha notícia de fato novo com relação ao objeto dos autos. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### 6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001282-3

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS





Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Isauro Bento Nogueira visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA MUNICIPAL ISAURO BENTO NOGUEIRA VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Ausência de elementos concretos que indiquem a existência de indícios de lesões. Investigações iniciadas a partir de um juízo de probabilidade da ocorrência dos fatos. Ajuizada Ação Civil Pública visando compelir o Município de Campo Grande a promover a regularização documental das escolas municipais e, conseqüentemente, das questões estruturais. Homologação de arquivamento que não obsta posterior prosseguimento das investigações, caso sobrevenha notícia de fato novo com relação ao objeto dos autos. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

#### 7. Inquérito Civil nº 06.2022.00001287-8

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal José do Patrocínio visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ DO PATROCÍNIO VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Ausência de elementos concretos que indiquem a existência de indícios de lesões. Investigações iniciadas a partir de um juízo de probabilidade da ocorrência dos fatos. Ajuizada Ação Civil Pública visando compelir o Município de Campo Grande a promover a regularização documental das escolas municipais e, conseqüentemente, das questões estruturais. Homologação de arquivamento que não obsta posterior prosseguimento das investigações, caso sobrevenha notícia de fato novo com relação ao objeto dos autos. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

#### 8. Inquérito Civil nº 06.2022.00001345-5

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Carlos Nei da Silva visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DA EMEI CARLOS NEI DA SILVA VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Ausência de elementos concretos que indiquem a existência de indícios de lesões. Investigações iniciadas a partir de um juízo de probabilidade da ocorrência dos fatos. Ajuizada Ação Civil Pública visando compelir o Município de Campo Grande a promover a regularização documental das escolas municipais e, conseqüentemente, das questões estruturais. Homologação de arquivamento que não obsta posterior prosseguimento das investigações, caso sobrevenha notícia de fato novo com relação ao objeto dos autos. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

**9. Inquérito Civil nº 06.2022.00001372-2**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI José Carlos de Lima visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DA EMEI JOSÉ CARLOS DE LIMA VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Ausência de elementos concretos que indiquem a existência de indícios de lesões. Investigações iniciadas a partir de um juízo de probabilidade da ocorrência dos fatos. Ajuizada Ação Civil Pública visando compelir o Município de Campo Grande a promover a regularização documental das escolas municipais e, conseqüentemente, das questões estruturais. Homologação de arquivamento que não obsta posterior prosseguimento das investigações, caso sobrevenha notícia de fato novo com relação ao objeto dos autos. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

**10. Inquérito Civil nº 06.2022.00001379-9**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Profº Alberto Guilherme Batistoti (antiga EMEI Anhandui) visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DA EMEI PROFº ALBERTO GUILHERME BATISTOTI (ANTIGA EMEI ANHANDUI) VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Ausência de elementos concretos que indiquem a existência de indícios de lesões. Investigações iniciadas a partir de um juízo de probabilidade da ocorrência dos fatos. Ajuizada Ação Civil Pública visando compelir o Município de Campo Grande a promover a regularização documental das escolas municipais e, conseqüentemente, das questões estruturais. Homologação de arquivamento que não obsta posterior prosseguimento das investigações, caso sobrevenha notícia de fato novo com relação ao objeto dos autos. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

**11. Inquérito Civil nº 06.2022.00001384-4**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Marco Antônio Santullo visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DA EMEI MARCO ANTÔNIO SANTULLO VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Ausência de elementos concretos que indiquem a existência de indícios de lesões. Investigações iniciadas a partir de um juízo de probabilidade da ocorrência dos fatos. Ajuizada Ação Civil Pública visando compelir o Município de Campo Grande a promover a regularização documental das escolas municipais e, conseqüentemente, das questões estruturais. Homologação de



arquivamento que não obsta posterior prosseguimento das investigações, caso sobrevenha notícia de fato novo com relação ao objeto dos autos. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### 12. Inquérito Civil nº 06.2022.00001385-5

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Vó Fina visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DA EMEI VÓ FINA VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Ausência de elementos concretos que indiquem a existência de indícios de lesões. Investigações iniciadas a partir de um juízo de probabilidade da ocorrência dos fatos. Ajuizada Ação Civil Pública visando compelir o Município de Campo Grande a promover a regularização documental das escolas municipais e, conseqüentemente, das questões estruturais. Homologação de arquivamento que não obsta posterior prosseguimento das investigações, caso sobrevenha notícia de fato novo com relação ao objeto dos autos. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### 13. Inquérito Civil nº 06.2022.00001392-2

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Maria Oliveira Lima visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DA EMEI MARIA OLIVEIRA LIMA VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Ausência de elementos concretos que indiquem a existência de indícios de lesões. Investigações iniciadas a partir de um juízo de probabilidade da ocorrência dos fatos. Ajuizada Ação Civil Pública visando compelir o Município de Campo Grande a promover a regularização documental das escolas municipais e, conseqüentemente, das questões estruturais. Homologação de arquivamento que não obsta posterior prosseguimento das investigações, caso sobrevenha notícia de fato novo com relação ao objeto dos autos. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### 14. Inquérito Civil nº 06.2022.00001400-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Nossa Senhora de Fátima visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DA EMEI NOSSA SENHORA DE FÁTIMA VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Ausência de elementos concretos que



indiquem a existência de indícios de lesões. Investigações iniciadas a partir de um juízo de probabilidade da ocorrência dos fatos. Ajuizada Ação Civil Pública visando compelir o Município de Campo Grande a promover a regularização documental das escolas municipais e, conseqüentemente, das questões estruturais. Homologação de arquivamento que não obsta posterior prosseguimento das investigações, caso sobrevenha notícia de fato novo com relação ao objeto dos autos. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### **15. Inquérito Civil nº 06.2022.00001415-4**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Eloy Souza da Costa visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DA EMEI ELOY SOUZA DA COSTA VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Ausência de elementos concretos que indiquem a existência de indícios de lesões. Investigações iniciadas a partir de um juízo de probabilidade da ocorrência dos fatos. Ajuizada Ação Civil Pública visando compelir o Município de Campo Grande a promover a regularização documental das escolas municipais e, conseqüentemente, das questões estruturais. Homologação de arquivamento que não obsta posterior prosseguimento das investigações, caso sobrevenha notícia de fato novo com relação ao objeto dos autos. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### **16. Inquérito Civil nº 06.2022.00001420-0**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Adriana Nogueira Borges visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DA EMEI ADRIANA NOGUEIRA BORGES VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Ausência de elementos concretos que indiquem a existência de indícios de lesões. Investigações iniciadas a partir de um juízo de probabilidade da ocorrência dos fatos. Ajuizada Ação Civil Pública visando compelir o Município de Campo Grande a promover a regularização documental das escolas municipais e, conseqüentemente, das questões estruturais. Homologação de arquivamento que não obsta posterior prosseguimento das investigações, caso sobrevenha notícia de fato novo com relação ao objeto dos autos. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### **17. Inquérito Civil nº 06.2022.00001421-0**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Profª Ayd Camargo César visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO



DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DA EMEI PROFª AYD CAMARGO CÊSAR VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Ausência de elementos concretos que indiquem a existência de indícios de lesões. Investigações iniciadas a partir de um juízo de probabilidade da ocorrência dos fatos. Ajuizada Ação Civil Pública visando compelir o Município de Campo Grande a promover a regularização documental das escolas municipais e, conseqüentemente, das questões estruturais. Homologação de arquivamento que não obsta posterior prosseguimento das investigações, caso sobrevenha notícia de fato novo com relação ao objeto dos autos. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### **18. Inquérito Civil nº 06.2022.00001437-6**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Santa Bárbara visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DA EMEI SANTA BÁRBARA VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Ausência de elementos concretos que indiquem a existência de indícios de lesões. Investigações iniciadas a partir de um juízo de probabilidade da ocorrência dos fatos. Ajuizada Ação Civil Pública visando compelir o Município de Campo Grande a promover a regularização documental das escolas municipais e, conseqüentemente, das questões estruturais. Homologação de arquivamento que não obsta posterior prosseguimento das investigações, caso sobrevenha notícia de fato novo com relação ao objeto dos autos. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### **19. Inquérito Civil nº 06.2020.00000275-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Valderi Balzan

Assunto: Analisar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade Fazenda Boa Vista I - matrículas 785, 784, 1318, 1366 E 6091, pertencente ao Sr. Valderi Balzan, localizada ao longo do Rio Aquidauana, no Município de São Gabriel do Oeste/MS, que foi objeto de diagnóstico ambiental.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AMBIENTAL – COMARCA DE SÃO GABRIEL –ANALISAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DA PROPRIEDADE FAZENDA BOA VISTA I MATRÍCULAS 785, 784, 1366 E 6091, LOCALIZADA AO LONGO DO RIO AQUIDAUANA, NO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE/MS, QUE FOI OBJETO DE DIAGNÓSTICO AMBIENTAL – AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADE AMBIENTAL – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Imóveis rurais inscritos no CAR/MS. Vistoria técnica que constatou a ausência de passivo ambiental a ser recuperado/indenizado. Inexistência de outras diligências a serem adotadas. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### **20. Inquérito Civil nº 06.2020.00001225-9**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Thamiris Aparecida da Cruz Silva

Assunto: apurar eventual ocorrência de dano ambiental ocorrido pela perturbação e poluição sonora causada ao redor do bar denominado "Stop Beer".

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AMBIENTAL – COMARCA DE RIBAS DO RIO PARDO – APURAR EVENTUAL





OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL OCORRIDO PELA PERTURBAÇÃO E POLUIÇÃO SONORA CAUSADA AO REDOR DO BAR DENOMINADO “STOP BEER” – REGULARIDADE DOCUMENTAL – AUSÊNCIA DE RECLAMAÇÃO ATUAL – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer o objeto dos autos. Reclamações em 2020/2021 acerca de aglomerações e perturbação de sossego nas imediações do estabelecimento comercial. Ausência de reclamações atuais. Regularidade documental do estabelecimento. Existência de Procedimento Administrativo visando acompanhar o desenvolvimento de políticas públicas municipais relativos aos estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas e contribuem para causação de brigas generalizadas. Arquivamento que não obsta o posterior prosseguimento das investigações caso se verifique a existência de fatos novos. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

## 21. Inquérito Civil nº 06.2021.00000112-2

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana

Requerido: Imobiliária e Agropecuária Jereissati S.A

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais no imóvel localizado na Av. Aracy Teixeira Nahas, Lote FA2B, Novos Estados, bem como as medidas necessárias para sua reparação.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AMBIENTAL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – APURAR EVENTUAIS DANOS AMBIENTAIS EM IMÓVEL, BEM COMO AS MEDIDAS NECESSÁRIAS PARA SUA RECUPERAÇÃO – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Divergência técnica entre SEMADUR e relatório técnico elaborado por empreendimento que visava a implementação de condomínio residencial. Vistoria técnica que constatou que parte do empreendimento está localizada em APP. Apresentação de PRADA visando a recuperação da área degradada. Desdobro do imóvel e limitação da APP a uma única matrícula imobiliária. Celebrado Termo de Ajustamento de Conduta com observância aos requisitos da resolução de regência. Compromisso de recuperar integral e plenamente os danos ambientais causados, assim como executar as ações nos prazos fixados em cronograma do PRADA. Procedimento administrativo de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

## 22. Inquérito Civil nº 06.2021.00000545-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Adriano Ferreira; José Ovídio Machado; Luciano Ferreira; Marlene Giantomassi Machado e Sonia Venerisse Giantomassi Ferreira

Assunto: Apurar o déficit de 69,88 hectares em área de Reserva Legal de modo a atender o mínimo legal de 20%, bem como o déficit de 7 hectares de vegetação arbórea densa nas áreas de Reserva Legal (fora da APP) e o déficit de 2 hectares de vegetação arbórea densa na Área de Preservação Permanente, na Fazenda Duas Irmãs, em Angélica/MS, conforme Parecer n. 066/2020/CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS RIOS: Projeto Córrego Engano).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - AMBIENTAL - COMARCA DE ANGÉLICA - APURAR O DÉFICIT DE 69,88 HECTARES EM ÁREA DE RESERVA LEGAL DE MODO A ATENDER O MÍNIMO LEGAL DE 20%, BEM COMO O DÉFICIT DE 7 HECTARES DE VEGETAÇÃO ARBÓREA Densa NAS ÁREAS DE RESERVA LEGAL E O DÉFICIT DE 2 HECTARES DE VEGETAÇÃO ARBÓREA Densa NA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - PROGRAMA SOS RIOS - PROJETO CÓRREGO ENGANO - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Constatado déficit de vegetação em Reserva Legal e déficit de vegetação em Área de Preservação Permanente. Propriedade inscrita no CAR/MS. Celebrado Termo de Ajustamento de Conduta com observância aos requisitos da resolução de regência. Compromisso de proceder com a compensação da área de reserva legal, recuperar as áreas degradadas e indenizar os danos ambientais causados. Procedimento administrativo de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

**23. Inquérito Civil nº 06.2022.00000542-2**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Rogério Pitta, Dieny Berton Peralta, Thiago Oliveira Barberato e Flavia Renata Barbosa Gomes Pitta

Assunto: Apurar o desmatamento de 0,24 hectares em área Remanescente de Vegetação Nativa e área de Reserva Legal, na Chácara Fazenda- Parte 04, em Bonito/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico no 181/22/NUGEO.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AMBIENTAL – COMARCA DE BONITO – APURAR O DESMATAMENTO DE 0,24 HECTARES EM ÁREA REMANESCENTE DE VEGETAÇÃO NATIVA E RESERVA LEGAL SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE, CONFORME LAUDO TÉCNICO ELABORADO PELO NUGEO – DNA AMBIENTAL 2021 – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Desmatamento em remanescente de vegetação nativa, em tese, passível de antropização. Propriedade inscrita no CAR/MS. Celebrado Termo de Ajustamento de Conduta com observância aos requisitos da resolução de regência. Compromisso de elaborar carta consulta junto ao IMASUL. Procedimento administrativo de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

**24. Inquérito Civil: 06.2023.00000218-4**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual Comarca de Paranaíba

Requerido: Ricardo Aparecido Silva Souza

Assunto: Apurar desmatamento de 1,29 hectares de vegetação nativa em área de Savana/Floresta Estacional Semidecidual Submontana (Mata – SNC/(Sd+Fs) na Fazenda São José, em Paranaíba, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 439/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AMBIENTAL – COMARCA DE PARANAÍBA – APURAR DESMATAMENTO DE 1,29 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA DE SAVANA/FLORESTA ESTACIONAL SEMIDECIDUAL SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE – PROGRAMA DNA AMBIENTAL – ENUNCIADO N. 18/2018-CSMP – CONSTATAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PRETÉRITO COM O MESMO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer o objeto dos autos. Constatado que o Inquérito Civil n. 06.2020.00000815-5 tratou do mesmo objeto dos autos em análise, com solução resolutiva mediante assinatura de TAC. Aplicação do Enunciado n. 18/2018-CSMP. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

**2.1.4. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:****1. Inquérito Civil nº 06.2022.00001482-1**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - PREEXISTÊNCIA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FACE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - COMPOSIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE CRONOGRAMA VISANDO A REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DE ENSINO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que não foram constatados elementos concretos suficientes que justifiquem o prosseguimento das investigações. Além disso, constatou-se a existência prévia de Ação Civil Pública instaurada em face do Estado de Mato Grosso do Sul, oportunidade em que houve composição para a apresentação de um cronograma para a revitalização das unidades educacionais estaduais. 2. Assim, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.**



**2. Inquérito Civil nº 06.2022.00001487-6**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - PREEXISTÊNCIA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FACE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - COMPOSIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE CRONOGRAMA VISANDO A REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DE ENSINO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que não foram constatados elementos concretos suficientes que justifiquem o prosseguimento das investigações. Além disso, constatou-se a existência prévia de Ação Civil Pública instaurada em face do Estado de Mato Grosso do Sul, oportunidade em que houve composição para a apresentação de um cronograma para a revitalização das unidades educacionais estaduais. 2. Assim, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.**

**3. Inquérito Civil nº 06.2022.00001488-7**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - PREEXISTÊNCIA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FACE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - COMPOSIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE CRONOGRAMA VISANDO A REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DE ENSINO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que não foram constatados elementos concretos suficientes que justifiquem o prosseguimento das investigações. Além disso, constatou-se a existência prévia de Ação Civil Pública instaurada em face do Estado de Mato Grosso do Sul, oportunidade em que houve composição para a apresentação de um cronograma para a revitalização das unidades educacionais estaduais. 2. Assim, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.**

**4. Inquérito Civil nº 06.2022.00001563-1**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - PREEXISTÊNCIA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FACE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - COMPOSIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE CRONOGRAMA VISANDO A REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DE ENSINO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que não foram constatados elementos concretos suficientes que justifiquem o prosseguimento das investigações. Além disso, constatou-se a existência prévia de Ação Civil Pública instaurada em face do Estado de Mato Grosso do Sul, oportunidade em que houve composição para a apresentação de um cronograma para a revitalização das unidades educacionais estaduais. 2. Assim, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.**

**5. Inquérito Civil nº 06.2022.00001567-5**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - PREEXISTÊNCIA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FACE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - COMPOSIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE CRONOGRAMA VISANDO A REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DE ENSINO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que não foram constatados elementos concretos suficientes que justifiquem o prosseguimento das investigações. Além disso, constatou-se a existência prévia de Ação Civil Pública instaurada em face do Estado de Mato Grosso do Sul, oportunidade em que houve composição para a apresentação de um cronograma para a revitalização das unidades educacionais estaduais. 2. Assim, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.**

**6. Inquérito Civil nº 06.2019.00001849-7**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar eventual descumprimento da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, no tocante a Unidade de Conservação da Gruta do Lago Azul, bem como suposta omissão do IMASUL quanto a gestão financeira de tal atrativo.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DA LEI DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, NO TOCANTE A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DA GRUTA DO LAGO AZUL, BEM COMO A SUPOSTA OMISSÃO DO IMASUL QUANTO A GESTÃO FINANCEIRA DE TAL ATRATIVO - OBJETO ESGOTADO - IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Verificada a perda superveniente do objeto sob investigação, o Promotor de Justiça incumbido optou por promover o arquivamento do procedimento em análise, em razão da desnecessidade de propositura de qualquer medida judicial neste sentido, ou ainda da continuação das investigações. 2. Ademais, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. 3. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.**

**2.1.4. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:****1. Inquérito Civil nº 06.2021.00000672-8**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Colpar Participações S/A

Assunto: Apurar o déficit de 823,26 hectares para composição da Reserva Legal na propriedade; bem como a ausência de 109,10 hectares de vegetação arbórea densa (fora da APP) e a ausência de 49,59 hectares de vegetação arbórea densa em Área de Preservação Permanente e eventuais processos erosivos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE NAVIRAÍ - APURAR DANO AMBIENTAL EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E RESERVA LEGAL AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE QUE OS DANOS ANTERIORMENTE CONSTATADOS FORAM TOTALMENTE SANADOS - OBSERVÂNCIA DO ENUNCIADO Nº 10 DO CSMP - DILIGÊNCIAS FALTANTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o dano ambiental constatado ainda persiste, visto que a Área de Preservação Permanente está em estágio inicial de recuperação e sem isolamento em sua totalidade. Desse modo, necessário a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, de acordo com o Enunciado nº 10 do CSMP, visando o acompanhamento do cronograma do PRADE apresentado, garantindo o fiel cumprimento das medidas a serem tomadas para o reflorestamento do local. Assim, vota-se pela não homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da**



**Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

## **2. Inquérito Civil nº 06.2022.00000410-1**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí/MS

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Luana Custódio Barros

Assunto: Apurar a supressão de 13,66 hectares de vegetação secundária em estágio inicial de regeneração; e 2,094 hectares de vegetação nativa em área de reserva legal, ambas integrantes do Bioma de Mata Atlântica, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração IBAMA nº FRSEOI20 e Auto de Infração IBAMA nº XP7FKJQU, respectivamente, tendo como investigados Rio Amambai Agroenergia S/A e Luana Custódio de Barros.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE NAVIRAÍ - APURAR DESMATAMENTO EM ÁREA REMANESCENTE DE VEGETAÇÃO NATIVA DO BIOMA MATA ATLÂNTICA E EM RESERVA LEGAL - IRREGULARIDADES SANADAS - COMPENSAÇÃO DA SUPRESSÃO VEGETAL COM A AQUISIÇÃO DE CRÉDITOS FLORESTAIS - PRADA PROTOCOLADO E EM EXECUÇÃO PARA A REGENERAÇÃO DA RESERVA LEGAL - PARECER DO PERITO AMBIENTAL ATESTANDO A AUSÊNCIA DE DANOS - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades constatadas durante as investigações foram devidamente sanadas, conforme demonstrado pela análise do perito ambiental designado para o caso. De acordo com os documentos anexados aos autos, a parte requerida realizou a aquisição de créditos florestais para regularizar o desmate e executou PRADA para a recuperação da reserva legal. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

## **3. Inquérito Civil nº 06.2022.00001089-1**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Nioaque

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na execução do contrato celebrado com a empresa Neuza Correa da Silva ME, contratada para prestação de serviços relativos à iluminação pública.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE NIOAQUE - APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA EXECUÇÃO DO CONTRATO CELEBRADO COM A EMPRESA NEUZA CORREA DA SILVA – ME - NÃO COMPROVAÇÃO DOS FATOS NOTICIADOS - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA – AUSÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO, DOLO OU MÁ-FÉ - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades noticiadas não foram comprovadas, uma vez que após análise técnica realizada pelo DAEX, verificou-se que a licitação ocorreu de forma regular, havendo o cumprimento integral das obrigações. Ademais, não restou evidenciado dano ao erário ou a presença de má-fé, visto que as irregularidades apontadas no relatório são de ordem técnica, tratando-se de mera irregularidade administrativa. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

## **4. Inquérito Civil nº 06.2022.00001224-5**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Nagen Jorge Saad, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA DE ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - PERDA DO OBJETO - INFORMAÇÕES QUE JÁ ESTÃO PRESENTES EM PROCESSO JUDICIALIZADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que houve a perda superveniente do objeto da presente investigação, visto que, as informações colhidas no decorrer do Inquérito Civil já estão presentes na Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001, não havendo fatos novos a se acrescentar. Ademais, em consulta ao processo no sistema E-saj/MS, constata-se que o Município de Campo Grande já apresentou cronograma para a reforma das unidades de ensino visando a adequação de sua estrutura predial para a expedição de alvará de funcionamento. Assim, vota-se pela



homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

#### 5. Inquérito Civil nº 06.2022.00001408-7

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Pascoala Vera Rios, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – APURAR IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA DE ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - PERDA DO OBJETO - INFORMAÇÕES QUE JÁ ESTÃO PRESENTES EM PROCESSO JUDICIALIZADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que houve a perda superveniente do objeto da presente investigação, visto que, as informações colhidas no decorrer do Inquérito Civil já estão presentes na Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001, não havendo fatos novos a se acrescentar. Ademais, em consulta ao processo no sistema E-saj/MS, constata-se que o Município de Campo Grande já apresentou cronograma para a reforma das unidades de ensino visando a adequação de sua estrutura predial para a expedição de alvará de funcionamento. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

#### 6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001419-8

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Santa Emília, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA DE ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - PERDA DO OBJETO - INFORMAÇÕES QUE JÁ ESTÃO PRESENTES EM PROCESSO JUDICIALIZADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que houve a perda superveniente do objeto da presente investigação, visto que, as informações colhidas no decorrer do Inquérito Civil já estão presentes na Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001, não havendo fatos novos a se acrescentar. Ademais, em consulta ao processo no sistema E-saj/MS, constata-se que o Município de Campo Grande já apresentou cronograma para a reforma das unidades de ensino visando a adequação de sua estrutura predial para a expedição de alvará de funcionamento. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

#### 7. Inquérito Civil nº 06.2022.00001432-1

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Profª Maria Josefina Bezerra Xavier (antiga EMEI Base Aérea), visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA DE ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - PERDA DO OBJETO - INFORMAÇÕES QUE JÁ ESTÃO PRESENTES EM PROCESSO JUDICIALIZADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que houve a perda superveniente do objeto da presente investigação, visto que, as informações

colhidas no decorrer do Inquérito Civil já estão presentes na Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001, não havendo fatos novos a se acrescentar. Ademais, em consulta ao processo no sistema E-saj/MS, constata-se que o Município de Campo Grande já apresentou cronograma para a reforma das unidades de ensino visando a adequação de



sua estrutura predial para a expedição de alvará de funcionamento. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

#### **8. Inquérito Civil nº 06.2022.00001436-5**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Sandra Mara Gobbo, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA DE ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - PERDA DO OBJETO - INFORMAÇÕES QUE JÁ ESTÃO PRESENTES EM PROCESSO JUDICIALIZADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que houve a perda superveniente do objeto da presente investigação, visto que, as informações

colhidas no decorrer do Inquérito Civil já estão presentes na Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001, não havendo fatos novos a se acrescentar. Ademais, em consulta ao processo no sistema E-saj/MS, constata-se que o Município de Campo Grande já apresentou cronograma para a reforma das unidades de ensino visando a adequação de sua estrutura predial para a expedição de alvará de funcionamento. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

#### **9. Inquérito Civil nº 06.2022.00001279-0**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Prof.º João Cândido de Souza, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA DE ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - PERDA DO OBJETO - INFORMAÇÕES QUE JÁ ESTÃO PRESENTES EM PROCESSO JUDICIALIZADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que houve a perda superveniente do objeto da presente investigação, visto que, as informações

colhidas no decorrer do Inquérito Civil já estão presentes na Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001, não havendo fatos novos a se acrescentar. Ademais, em consulta ao processo no sistema E-saj/MS, constata-se que o Município de Campo Grande já apresentou cronograma para a reforma das unidades de ensino visando a adequação de sua estrutura predial para a expedição de alvará de funcionamento. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

#### **10. Inquérito Civil nº 06.2022.00001342-2**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Bem Te Vi, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA DE ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - PERDA DO OBJETO - INFORMAÇÕES QUE JÁ ESTÃO PRESENTES EM PROCESSO JUDICIALIZADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que houve a perda superveniente do objeto da presente investigação, visto que, as informações colhidas no decorrer do Inquérito Civil já estão presentes na Ação Civil





Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001, não havendo fatos novos a se acrescentar. Ademais, em consulta ao processo no sistema E-saj/MS, constata-se que o Município de Campo Grande já apresentou cronograma para a reforma das unidades de ensino visando a adequação de sua estrutura predial para a expedição de alvará de funcionamento. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

#### **11. Inquérito Civil nº 06.2022.00001344-4**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Campo Verde, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA DE ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - PERDA DO OBJETO - INFORMAÇÕES QUE JÁ ESTÃO PRESENTES EM PROCESSO JUDICIALIZADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que houve a perda superveniente do objeto da presente investigação, visto que, as informações colhidas no decorrer do Inquérito Civil já estão presentes na Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001, não havendo fatos novos a se acrescentar. Ademais, em consulta ao processo no sistema E-saj/MS, constata-se que o Município de Campo Grande já apresentou cronograma para a reforma das unidades de ensino visando a adequação de sua estrutura predial para a expedição de alvará de funcionamento. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

#### **12. Inquérito Civil nº 06.2022.00001383-3**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Zacarias Vieira de Andrade, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA DE ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - PERDA DO OBJETO - INFORMAÇÕES QUE JÁ ESTÃO PRESENTES EM PROCESSO JUDICIALIZADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que houve a perda superveniente do objeto da presente investigação, visto que, as informações colhidas no decorrer do Inquérito Civil já estão presentes na Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001, não havendo fatos novos a se acrescentar. Ademais, em consulta ao processo no sistema E-saj/MS, constata-se que o Município de Campo Grande já apresentou cronograma para a reforma das unidades de ensino visando a adequação de sua estrutura predial para a expedição de alvará de funcionamento. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

#### **13. Inquérito Civil nº 06.2022.00001389-9**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Maria de Lourdes Vieira Castoldi, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA DE ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - PERDA DO OBJETO - INFORMAÇÕES QUE JÁ ESTÃO PRESENTES EM PROCESSO JUDICIALIZADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que houve a perda superveniente do objeto da presente investigação, visto que, as informações colhidas no decorrer do Inquérito Civil já estão presentes na Ação Civil





Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001, não havendo fatos novos a se acrescentar. Ademais, em consulta ao processo no sistema E-saj/MS, constata-se que o Município de Campo Grande já apresentou cronograma para a reforma das unidades de ensino visando a adequação de sua estrutura predial para a expedição de alvará de funcionamento. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

#### **14. Inquérito Civil nº 06.2022.00001396-6**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Michel Scaff, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA DE ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - PERDA DO OBJETO - INFORMAÇÕES QUE JÁ ESTÃO PRESENTES EM PROCESSO JUDICIALIZADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que houve a perda superveniente do objeto da presente investigação, visto que, as informações colhidas no decorrer do Inquérito Civil já estão presentes na Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001, não havendo fatos novos a se acrescentar. Ademais, em consulta ao processo no sistema E-saj/MS, constata-se que o Município de Campo Grande já apresentou cronograma para a reforma das unidades de ensino visando a adequação de sua estrutura predial para a expedição de alvará de funcionamento. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

#### **15. Inquérito Civil nº 06.2022.00001398-8**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Nilda de Almeida Coelho, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE APURAR IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA DE ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PERDA DO OBJETO INFORMAÇÕES QUE JÁ ESTÃO PRESENTES EM PROCESSO JUDICIALIZADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que houve a perda superveniente do objeto da presente investigação, visto que, as informações

colhidas no decorrer do Inquérito Civil já estão presentes na Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001, não havendo fatos novos a se acrescentar. Ademais, em consulta ao processo no sistema E-saj/MS, constata-se que o Município de Campo Grande já apresentou cronograma para a reforma das unidades de ensino visando a adequação de sua estrutura predial para a expedição de alvará de funcionamento. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

#### **16. Inquérito Civil nº 06.2022.00001399-9**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Nossa Senhora Auxiliadora, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA DE ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - PERDA DO OBJETO - INFORMAÇÕES QUE JÁ ESTÃO PRESENTES EM PROCESSO JUDICIALIZADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que houve a perda superveniente do objeto da



presente investigação, visto que, as informações

colhidas no decorrer do Inquérito Civil já estão presentes na Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001, não havendo fatos novos a se acrescentar. Ademais, em consulta ao processo no sistema E-saj/MS, constata-se que o Município de Campo Grande já apresentou cronograma para a reforma das unidades de ensino visando a adequação de sua estrutura predial para a expedição de alvará de funcionamento. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

#### **17. Inquérito Civil nº 06.2022.00001402-1**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI O Bom Pastor, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA DE ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - PERDA DO OBJETO - INFORMAÇÕES QUE JÁ ESTÃO PRESENTES EM PROCESSO JUDICIALIZADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que houve a perda superveniente do objeto da presente investigação, visto que, as informações

colhidas no decorrer do Inquérito Civil já estão presentes na Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001, não havendo fatos novos a se acrescentar. Ademais, em consulta ao processo no sistema E-saj/MS, constata-se que o Município de Campo Grande já apresentou cronograma para a reforma das unidades de ensino visando a adequação de sua estrutura predial para a expedição de alvará de funcionamento. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

#### **18. Inquérito Civil n.º 06.2023.00000629-1**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Onivaldo Cândido de Oliveira

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 2,40 hectares de vegetação nativa remanescente, dos quais 0,16 hectares atingiram Reserva Legal Proposta, na Fazenda São Joaquim (Projeto de Assentamento São Joaquim Lote 116), em Selvíria/MS, realizada sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico nº 69/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental) e Auto de Infração nº 012425/2023.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE TRÊS LAGOAS - DANO AMBIENTAL EM ÁREA REMANESCENTE DE VEGETAÇÃO NATIVA E RESERVA LEGAL - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 09 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007. Ademais, verifica-se que foi instaurado Procedimento Administrativo, com o fim de acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

#### **19. Inquérito Civil n.º 06.2021.00001390-7**

3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível violação à Lei nº 8666/93 decorrente de atos administrativos realizados para a reforma da escola Porfíria Lopes do Nascimento, no São Bento.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE SIDROLÂNDIA – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES



NA REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL PORFIRIA LOPES DO NASCIMENTO - NÃO COMPROVAÇÃO DOS FATOS NOTICIADOS - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA - AUSÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO, DOLO OU MÁ-FÉ - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades noticiadas não foram comprovadas, uma vez que não restou evidenciado dolo, má-fé, direcionamento ou dano ao erário na outorga onerosa firmada com as empresas investigadas. De igual modo, em Relatório de Inspeção realizado pelo Tribunal de Contas do Estado, foi possível concluir que a escola municipal passou por ampla reforma e ampliação, condizente com as notas fiscais apresentadas. Por fim, da mesma maneira, não há comprovação de que o processo licitatório aberto para o término da obra seja irregular, visto que seguiu os trâmites normalmente. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya. A Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui se deu por impedida de manifestar-se nestes autos, por força das disposições contidas no art. 144, III, c.c. art. 148, I, ambos do Código de Processo Civil, em razão da Drª Janeli Basso ter atuado no feito como Promotora de Justiça em Substituição Legal.**

## 2.1.5. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

### 1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000209-4

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Associação Comercial de Aquidauana

Assunto: Coletar informações, subsídios e elementos de convicção acerca de possível dano ambiental em área de preservação permanente na “Colônia de Férias”, de propriedade da Associação Comercial de Aquidauana.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE AQUIDAUANA – MEIO AMBIENTE – APURAR POSSÍVEL DANO AMBIENTAL EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NA “COLÔNIA DE FÉRIAS” DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE AQUIDAUANA – PARECER TÉCNICO APRESENTADO POR ENGENHEIRO FLORESTAL – IRREGULARIDADES SANADAS – IMÓVEL PRESERVADO – DANO AMBIENTAL NÃO CONSTATADO – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A promoção de arquivamento merece ser homologada, porquanto foi constatada a regularidade jurídico ambiental da propriedade. Após parecer técnico apresentado por Engenheiro Florestal, com Anotação de Responsabilidade Técnica ART, identificou-se que as irregularidades foram sanadas e o imóvel se encontra preservado. Sendo assim, inexistindo qualquer evidência de dano ambiental, a promoção de arquivamento merece ser homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

### 2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001493-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Espólio de José Paim Telles

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental de desmatamento de 3,27 hectares de vegetação nativa em área de Floresta Aluvial, na propriedade rural Fazenda Mandioca (CARMS0058766), no Município de Camapuã/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 675/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental 2016-2017)

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMAPUÃ – MEIO AMBIENTE – PROGRAMA DNA AMBIENTAL – APURAR A REGULARIDADE JURÍDICOAMBIENTAL DO IMÓVEL RURAL “FAZENDA MANDIOCA” – ÁREA DE RESERVA LEGAL REGULARIZADA NO CAR DA PROPRIEDADE – DESMATAMENTO DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO FORA DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE OU DE RESERVA LEGAL – PRADE APRESENTADO COM O DEVIDO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E MONITORAMENTO – IRREGULARIDADE SANADA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do Inquérito Civil se justifica, uma vez que o responsável pelo imóvel rural demonstrou a regularidade jurídico-ambiental da propriedade no curso da instrução. A área de Reserva Legal foi regularizada no Cadastro Ambiental Rural da propriedade e o responsável apresentou PRADE protocolado junto ao Imasul, com o devido cronograma de execução e monitoramento. Nada obstante, restou constatado que o desmate ocorreu fora de área de preservação permanente ou área de reserva legal, devendo ser considerado de menor potencial ofensivo, em razão de sua extensão (3,27 hectares). Enunciado n. 03 do CSMP. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

**3. Inquérito Civil nº 06.2021.00001225-2**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Agnaldo Sabino

Assunto: Apurar a situação ambiental do lote nº 597 do Assentamento Teijin, após exploração vegetal nativa e incêndio ocorrido em 13/08/2021.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE NOVA ANDRADINA – MEIO AMBIENTE – APURAR A SITUAÇÃO AMBIENTAL DO LOTE Nº 597 DO ASSENTAMENTO TEIJIN – EXPLORAÇÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA – ASSENTAMENTO DO INCRA – AUSÊNCIA DE OUTORGA DOS TÍTULOS DEFINITIVOS AOS BENEFICIÁRIOS DO IMÓVEL – INTERESSE DA UNIÃO DEMONSTRADO – ENUNCIADO N. 16 DO CSMP – DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL HOMOLOGADO. O declínio de atribuição merece ser homologado, porquanto restou demonstrado o interesse e a aptidão do Ministério Público Federal para presidir a investigação, uma vez que os possíveis danos ambientais decorrentes da exploração de vegetação nativa e incêndio no “Sítio Vitória” (Lote n. 597 do Assentamento Teijin), estão inseridos dentro de área do INCRA, autarquia federal. No curso da instrução, identificou-se que os títulos definitivos ainda não foram outorgados aos beneficiários do imóvel, atraindo o interesse da União na demanda. Decisão em conformidade com o Enunciado nº 16, de 6 de outubro de 2017, do Conselho Superior do Ministério Público. Declínio de atribuição homologado.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o declínio de atribuição ao Ministério Público Federal, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

**4. Inquérito Civil nº 06.2022.00001233-4**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Doutor Eduardo Olimpio Machado, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – INFÂNCIA E JUVENTUDE – APURAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR EDUARDO OLIMPIO MACHADO – OBJETO GENÉRICO – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE CRONOGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS – RESOLUÇÃO CONSENSUAL DA SITUAÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica, porquanto inexistente justa causa para manutenção das investigações. O inquérito civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos probatórios, dificultando a perquirição. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente ajuizada em face do Município de Campo Grande/MS, em que foi realizada composição para apresentação de cronograma de revitalização das unidades educacionais municipais. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

**5. Inquérito Civil nº 06.2022.00001264-5**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Alberto Guilherme Batistoti, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – INFÂNCIA E JUVENTUDE – APURAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – EMEI ALBERTO GUILHERME BATISTOTI – OBJETO GENÉRICO – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE CRONOGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS – RESOLUÇÃO CONSENSUAL DA SITUAÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica,





porquanto inexistente justa causa para manutenção das investigações. O inquérito civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos probatórios, dificultando a perquirição. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente ajuizada em face do Município de Campo Grande/MS, em que foi realizada composição para apresentação de cronograma de revitalização das unidades educacionais municipais. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

#### 6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001272-3

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Professor Arassuay Gomes de Castro, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – INFÂNCIA E JUVENTUDE – APURAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR ARASSUAY GOMES DE CASTRO – OBJETO GENÉRICO – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE CRONOGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS – RESOLUÇÃO CONSENSUAL DA SITUAÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica, porquanto inexistente justa causa para manutenção das investigações. O inquérito civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos probatórios, dificultando a perquirição. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente ajuizada em face do Município de Campo Grande/MS, em que foi realizada composição para apresentação de cronograma de revitalização das unidades educacionais municipais. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

#### 7. Inquérito Civil nº 06.2022.00001285-3

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal João Nepomuceno, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – INFÂNCIA E JUVENTUDE – APURAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA MUNICIPAL JOÃO NEPOMUCENO – OBJETO GENÉRICO – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE CRONOGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS – RESOLUÇÃO CONSENSUAL DA SITUAÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica, porquanto inexistente justa causa para manutenção das investigações. O inquérito civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos probatórios, dificultando a perquirição. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente ajuizada em face do Município de Campo Grande/MS, em que foi realizada composição para apresentação de cronograma de revitalização das unidades educacionais municipais. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

#### 8. Inquérito Civil nº 06.2022.00001290-1

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual





Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Professor Wilson Taveira Rosalino, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – INFÂNCIA E JUVENTUDE – APURAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA MUNICIPAL PROF. WILSON TAVEIRA ROSALINO – OBJETO GENÉRICO – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE CRONOGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS – RESOLUÇÃO CONSENSUAL DA SITUAÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica, porquanto inexistente justa causa para manutenção das investigações. O inquérito civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos probatórios, dificultando a perquirição. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente ajuizada em face do Município de Campo Grande/MS, em que foi realizada composição para apresentação de cronograma de revitalização das unidades educacionais municipais. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

### 9. Inquérito Civil nº 06.2022.00001343-3

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Botafogo, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – INFÂNCIA E JUVENTUDE – APURAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – EMEI BOTAFOGO – OBJETO GENÉRICO – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE CRONOGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS – RESOLUÇÃO CONSENSUAL DA SITUAÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica, porquanto inexistente justa causa para manutenção das investigações. O inquérito civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos probatórios, dificultando a perquirição. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente ajuizada em face do Município de Campo Grande/MS, em que foi realizada composição para apresentação de cronograma de revitalização das unidades educacionais municipais. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

### 10. Inquérito Civil nº 06.2022.00001347-7

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Cleomar Baptista dos Santos, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – INFÂNCIA E JUVENTUDE – APURAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – EMEI CLEOMAR BAPTISTA DOS SANTOS – OBJETO GENÉRICO – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE CRONOGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS – RESOLUÇÃO CONSENSUAL DA SITUAÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica, porquanto inexistente justa causa para manutenção das investigações. O inquérito civil foi instaurado de ofício e o seu objeto



se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos probatórios, dificultando a perquirição. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente ajuizada em face do Município de Campo Grande/MS, em que foi realizada composição para apresentação de cronograma de revitalização das unidades educacionais municipais. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

#### **11. Inquérito Civil nº 06.2022.00001357-7**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Professor Antônio Lopes Lins Extensão V, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – INFÂNCIA E JUVENTUDE – APURAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA MUNICIPAL PROF. ANTÔNIO LOPES LINS – OBJETO GENÉRICO – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE CRONOGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS – RESOLUÇÃO CONSENSUAL DA SITUAÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica, porquanto inexistente justa causa para manutenção das investigações. O inquérito civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos probatórios, dificultando a perquirição. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente ajuizada em face do Município de Campo Grande/MS, em que foi realizada composição para apresentação de cronograma de revitalização das unidades educacionais municipais. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

#### **12. Inquérito Civil nº 06.2022.00001364-4**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Ipiranga, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – INFÂNCIA E JUVENTUDE – APURAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – EMEI IPIRANGA – OBJETO GENÉRICO – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE CRONOGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS – RESOLUÇÃO CONSENSUAL DA SITUAÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica, porquanto inexistente justa causa para manutenção das investigações. O inquérito civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos probatórios, dificultando a perquirição. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente ajuizada em face do Município de Campo Grande/MS, em que foi realizada composição para apresentação de cronograma de revitalização das unidades educacionais municipais. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

#### **13. Inquérito Civil nº 06.2022.00001390-0**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande



Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Maria Dulce Prata Cançado, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – INFÂNCIA E JUVENTUDE – APURAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – EMEI MARIA DULCE PRATA CANÇADO– OBJETO GENÉRICO – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE CRONOGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS – RESOLUÇÃO CONSENSUAL DA SITUAÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica, porquanto inexistente justa causa para manutenção das investigações. O inquérito civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos probatórios, dificultando a perquirição. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente ajuizada em face do Município de Campo Grande/MS, em que foi realizada composição para apresentação de cronograma de revitalização das unidades educacionais municipais. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

#### 14. Inquérito Civil nº 06.2022.00001395-5

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Menino Jesus de Praga, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – INFÂNCIA E JUVENTUDE – APURAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – EMEI MENINO JESUS DE PRAGA – OBJETO GENÉRICO – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE CRONOGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS – RESOLUÇÃO CONSENSUAL DA SITUAÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica, porquanto inexistente justa causa para manutenção das investigações. O inquérito civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos probatórios, dificultando a perquirição. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente ajuizada em face do Município de Campo Grande/MS, em que foi realizada composição para apresentação de cronograma de revitalização das unidades educacionais municipais. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

#### 15. Inquérito Civil nº 06.2023.00001310-4

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José dos Santos

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente de supressão vegetal de 0,41 hectares de floresta nativa no Assentamento Canoas, MS 112, Lote 014 de coordenadas nº 22K 393935 7771396, sem autorização do órgão ambiental competente.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE TRÊS LAGOS – MEIO AMBIENTE – APURAR POSSÍVEL DANO AMBIENTAL DECORRENTE DE SUPRESSÃO VEGETAL DE 0,41 HA DE FLORESTA NATIVA NO ASSENTAMENTO CANOAS – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO – ATENDIMENTO DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta incluindo obrigações de fazer e não fazer, justifica o arquivamento do Inquérito Civil. O Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas do acordo foi devidamente instaurado pela Promotoria de Justiça de origem. Decisão em conformidade com o Enunciado nº 09 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.



**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

#### **2.1.6. RELATORA-CONSELHEIRA FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN:**

##### **1. Inquérito Civil nº 06.2021.00000428-5**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Gislaíne Fernandes da Silva e Aparecido Luiz Bueno

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental, consistente na supressão de vegetação nativa sem autorização legal, no sítio Vitória, Lote 455, Linha

Amizade, no Assentamento Teijin, em Nova Andradina/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL, CONSISTENTE NA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA SEM AUTORIZAÇÃO LEGAL, NO SÍTIO VITÓRIA, LOTE 455, LINHA AMIZADE, NO ASSENTAMENTO TEIJIN, EM NOVA ANDRADINA/MS – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – ENUNCIADO N. 16 DO CSMPMS – DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. 1. No curso do inquérito civil, concluiu-se que o fato em apuração é de atribuição do Ministério Público Federal; 2. Nota-se que a titularidade do domínio da Sítio Vitória, Lote 455, pertence ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), autarquia federal, competindo, portanto, à Justiça Federal processar e julgar o feito, consoante disposto no art. 109, inc. I, da Constituição Federal, a Justiça Federal; 3. Enunciado nº 16 do Conselho Superior do Ministério Público. Declínio de atribuição ao Ministério Público Federal.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o Declínio de Atribuição ao Ministério Público Federal, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

#### **2.1.7. RELATOR-CONSELHEIRO ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:**

##### **1. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001147-2**

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hof Clinic Campo Grande Ltda.

Assunto: Apurar eventual utilização de produtos irregulares pela clínica “Silva e Silva Ltda.” – Dr. Anderson Silva HOF Clinic.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. APURAR EVENTUAL UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS IRREGULARES PELA CLÍNICA “SILVA E SILVA LTDA.” – DR. ANDERSON SILVA HOF CLINIC. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. PROVIDÊNCIAS DEVIDAMENTE ADOTADAS. PERDA DE OBJETO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verifica-se que o Ministério Público de Santa Catarina celebrou Termo de Ajustamento de Conduta com a empresa investigada, incluindo a unidade de Campo Grande/MS, bem como instaurou procedimento administrativo para acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas. 2. Verifica-se, também, que a Vigilância Municipal de Saúde e o PROCON-MS atuaram no âmbito administrativo para sanar as irregularidades constatadas na Hof Clinic Campo Grande Ltda., tendo sido lavrado autos de infrações. 3. Ademais, eventuais crimes praticados serão objeto de responsabilização penal na esfera própria, uma vez que houve o encaminhamento da cópia integral das fiscalizações à DECON - Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes Contra as Relações de Consumo. 4. Assim, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

##### **2. Inquérito Civil nº 06.2021.00001412-8**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina/MS

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Maria Aparecida dos Santos Correia

Assunto: Apurar possível acumulação de cargos e incompatibilidade de horários por parte da Vereadora Maria Aparecida dos Santos Correia, conhecida como Cida do Zé Bugre, a qual, em tese, estaria acumulando cargo com horários incompatíveis de trabalho, no Centro Integrado de Atendimento ao Trabalhador – CIAT, das 08h às 13h, e dentro desse período de trabalho, realizava atendimento na Câmara Municipal às 11h.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR POSSÍVEL ACUMULAÇÃO DE CARGOS E INCOMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS POR PARTE DA VEREADORA MARIA APARECIDA DOS SANTOS CORREIA, CONHECIDA





COMO "CIDA DO ZÉ BUGRE", A QUAL, EM TESE, ESTARIA ACUMULANDO CARGO COM HORÁRIOS INCOMPATÍVEIS DE TRABALHO, NO CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR – CIAT, DAS 08H ÀS 13H, E DENTRO DESSE PERÍODO DE TRABALHO, REALIZAVA ATENDIMENTO NA CÂMARA MUNICIPAL ÀS 11H. IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS. POSSIBILIDADE DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS PREVISTA NO ART. 38, INCISO III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verifica-se que não restou configurada qualquer irregularidade quanto ao acúmulo de cargos por parte da Vereadora pois, além da compatibilidade de horários, em atenção ao artigo 38, inciso III, da Constituição Federal, a denúncia não restou confirmada, uma vez que não se verificou que a requerida ausentava-se do seu local de trabalho. 2. Assim, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

### 3. Inquérito Civil nº 06.2022.00000872-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ariodo Ferreira Pinto

Assunto: Apurar a supressão de 11,03 hectares, no período compreendido entre 19/02/2022 e 22/04/2022, em área remanescente de vegetação nativa e reserva legal proposta, na fazenda Ponte Nova Mirassol, em Figueirão/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico nº 315/22/NUGEO.

**Advogado: Túlio Cassiano Garcia Mourão – 11.903.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A SUPRESSÃO DE 11,03 HECTARES, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 19/02/2022 E 22/04/2022, EM ÁREA REMANESCENTE DE VEGETAÇÃO NATIVA E RESERVA LEGAL PROPOSTA, NA FAZENDA PONTE NOVA MIRASSOL, EM FIGUEIRÃO/MS, SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE, CONFORME LAUDO TÉCNICO Nº 315/22/NUGEO. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. APRESENTAÇÃO DO PRADA. DANO AMBIENTAL DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO. ADESÃO AO PROGRAMA MS MAIS SUSTENTÁVEL E COMPROMISSO DE EXECUÇÃO DO PRADA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Da análise dos autos, verifica-se que, conforme exposto em Promoção de Arquivamento (fl. 91), eventual dano ambiental apontado pelo Laudo Técnico nº 315/22/NUGEO, causado pelo desmatamento em área proposta para reserva legal e remanescente de vegetação nativa, é de menor potencial ofensivo, tratando-se de fato isolado, conforme esclarecido às fls. 45-47. 2. Houve a apresentação de Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Alterada PRADA (fls. 78-85), devidamente protocolado perante o IMASUL, contendo medidas efetivas para a recuperação da área objeto do desmatamento, tendo o requerido aderido ao Programa MS Mais Sustentável e Compromisso de Execução do PRADA. 3. Frisa-se que a propriedade está devidamente cadastrada no CARMS sob o nº 0025785 (fls. 48-51). 4. Assim, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

### 4. Inquérito Civil nº 06.2022.00001216-7

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande/MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Leogevildo de Melo visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO PRESENTE CASO DA ESCOLA MUNICIPAL LEOGEVILDO DE MELO VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO. OBJETO GENÉRICO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DO PROCEDIMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verificou-se que o





presente Inquérito Civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos comprobatórios, dificultando a perquirição. 2. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente instaurada em face do Município de Campo Grande/MS e da Secretaria Municipal de Educação, visando a regularidade documental das escolas integrantes da rede municipal de ensino. 3. Assim, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

#### 5. Inquérito Civil nº 06.2022.00001225-6

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande/MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Carlos Vilhalva Cristaldo visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO PRESENTE CASO DA ESCOLA MUNICIPAL CARLOS VILHALVA CRISTALDO VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO. OBJETO GENÉRICO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DO PROCEDIMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verificou-se que o presente Inquérito Civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos comprobatórios, dificultando a perquirição. 2. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente instaurada em face do Município de Campo Grande/MS e da Secretaria Municipal de Educação, visando a regularidade documental das escolas integrantes da rede municipal de ensino. 3. Assim, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

#### 6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001257-8

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande/MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Padre José Valentim visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO PRESENTE CASO DA ESCOLA MUNICIPAL PADRE JOSÉ VALENTIM VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO. OBJETO GENÉRICO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DO PROCEDIMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verificou-se que o presente Inquérito Civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos comprobatórios, dificultando a perquirição. 2. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente instaurada em face do Município de Campo Grande/MS e da Secretaria Municipal de Educação, visando a regularidade documental das escolas integrantes da rede municipal de ensino. 3. Assim, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator**



**Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

#### **7. Inquérito Civil nº 06.2022.00001258-9**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande/MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Professora Leire Pimentel de Carvalho Corrêa visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO PRESENTE CASO DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA LEIRE PIMENTEL DE CARVALHO CORRÊA VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO. OBJETO GENÉRICO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DO PROCEDIMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verificou-se que o presente Inquérito Civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos comprobatórios, dificultando a perquirição. 2. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente instaurada em face do Município de Campo Grande/MS e da Secretaria Municipal de Educação, visando a regularidade documental das escolas integrantes da rede municipal de ensino. 3. Assim, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

#### **8. Inquérito Civil nº 06.2022.00001261-2**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande/MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Professora Oliva Enciso visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO PRESENTE CASO DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA OLIVA ENCISO VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO. OBJETO GENÉRICO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DO PROCEDIMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verificou-se que o presente Inquérito Civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos comprobatórios, dificultando a perquirição. 2. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente instaurada em face do Município de Campo Grande/MS e da Secretaria Municipal de Educação, visando a regularidade documental das escolas integrantes da rede municipal de ensino. 3. Assim, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

#### **9. Inquérito Civil nº 06.2022.00001322-2**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: COPASUL Cooperativa Agrícola Sul-Mato-Grossense Ltda.

Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental na propriedade denominada "COPASUL Unidade Fecularia", localizada na BR-163, KM 142,5, Zona Rural, Naviraí/MS, noticiada no Auto de Infração nº 010048/2022 e Laudo de



Constatação nº 013123/2022, bem como promover medidas necessárias a recuperação e reparação ambiental.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL NA PROPRIEDADE DENOMINADA "COPASUL UNIDADE FECULARIA", LOCALIZADA NA BR-163, KM 142,5, ZONA RURAL, NAVIRAÍ/MS, NOTICIADA NO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 010048/2022 E LAUDO DE CONSTATAÇÃO Nº 013123/2022, BEM COMO PROMOVER MEDIDAS NECESSÁRIAS A RECUPERAÇÃO E REPARAÇÃO AMBIENTAL. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Da análise dos autos, verifica-se não haver vulnerabilidade ambiental apta a ensejar a continuidade da intervenção ministerial, uma vez que, segundo o relatório técnico de fl. 213, a suposta irregularidade no lançamento de efluentes está sendo corrigida por meio das ações ambientais já adotadas pela empresa requerida, bem como que houve a tramitação e conclusão, perante o IMASUL, das questões relativas à autuação objeto de investigação. 2. Dessa forma, verifica-se que o problema objeto do procedimento restou sanado, inexistindo razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

#### 10. Inquérito Civil nº 06.2022.00001351-1

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande/MS

Promotor de Justiça: Oscar de Almeida Bessa Filho

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Eleodes Estevan visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO PRESENTE CASO DA EMEI ELOADES ESTEVAN VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO. OBJETO GENÉRICO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DO PROCEDIMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verificou-se que o presente Inquérito Civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos comprobatórios, dificultando a perquirição. 2. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente instaurada em face do Município de Campo Grande/MS e da Secretaria Municipal de Educação, visando a regularidade documental das escolas integrantes da rede municipal de ensino. 3. Assim, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

#### 11. Inquérito Civil nº 06.2022.00001354-4

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande/MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Dr. Tertuliano Meirelles – Extensão V visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO PRESENTE CASO DA ESCOLA MUNICIPAL DR. TERTULIANO MEIRELLES – EXTENSÃO V VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO. OBJETO GENÉRICO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DO PROCEDIMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise



dos autos, verificou-se que o presente Inquérito Civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos comprobatórios, dificultando a perquirição. 2. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente instaurada em face do Município de Campo Grande/MS e da Secretaria Municipal de Educação, visando a regularidade documental das escolas integrantes da rede municipal de ensino. 3. Assim, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

## 12. Inquérito Civil nº 06.2022.00001360-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande/MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Iber Gomes de Sá visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO PRESENTE CASO DA EMEI IBER GOMES DE SÁ VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO. OBJETO GENÉRICO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DO PROCEDIMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verificou-se que o presente Inquérito Civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos comprobatórios, dificultando a perquirição. 2. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente instaurada em face do Município de Campo Grande/MS e da Secretaria Municipal de Educação, visando a regularidade documental das escolas integrantes da rede municipal de ensino. 3. Assim, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

## 13. Inquérito Civil nº 06.2022.00001362-2

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande/MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Profº Vanderlei Rosa de Oliveira - EXTENSÃO I visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO PRESENTE CASO DA ESCOLA MUNICIPAL PROFº VANDERLEI ROSA DE OLIVEIRA – EXTENSÃO I VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO. OBJETO GENÉRICO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DO PROCEDIMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verificou-se que o presente Inquérito Civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos comprobatórios, dificultando a perquirição. 2. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente instaurada em face do Município de Campo Grande/MS e da Secretaria Municipal de Educação, visando a regularidade documental das escolas integrantes da rede municipal de ensino. 3. Assim, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator**





**Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

**14. Inquérito Civil nº 06.2022.00001376-6**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande/MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Lafayete Câmara de Oliveira visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO PRESENTE CASO DA EMEI LAFAYETE CÂMARA DE OLIVEIRA VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO. OBJETO GENÉRICO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DO PROCEDIMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verificou-se que o presente Inquérito Civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos comprobatórios, dificultando a perquirição. 2. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente instaurada em face do Município de Campo Grande/MS e da Secretaria Municipal de Educação, visando a regularidade documental das escolas integrantes da rede municipal de ensino. 3. Assim, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

**15. Inquérito Civil nº 06.2022.00001382-2**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande/MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Luiz Carlos Sobral Pettengill visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO PRESENTE CASO DA EMEI LUIZ CARLOS SOBRAL PETTENGILL VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO. OBJETO GENÉRICO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DO PROCEDIMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verificou-se que o presente Inquérito Civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos comprobatórios, dificultando a perquirição. 2. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente instaurada em face do Município de Campo Grande/MS e da Secretaria Municipal de Educação, visando a regularidade documental das escolas integrantes da rede municipal de ensino. 3. Assim, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

**16. Inquérito Civil nº 06.2022.00001387-7**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande/MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Maria Carlota Tibau de Vasconcelos visando garantir a





integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO PRESENTE CASO DA EMEI MARIA CARLOTA TIBAU DE VASCONCELOS VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO. OBJETO GENÉRICO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DO PROCEDIMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verificou-se que o presente Inquérito Civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos comprobatórios, dificultando a perquirição. 2. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente instaurada em face do Município de Campo Grande/MS e da Secretaria Municipal de Educação, visando a regularidade documental das escolas integrantes da rede municipal de ensino. 3. Assim, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

#### 17. Inquérito Civil nº 06.2022.00001411-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande/MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Pedacinho do Céu visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO PRESENTE CASO DA EMEI PEDACINHO DO CÉU VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO. OBJETO GENÉRICO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DO PROCEDIMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verificou-se que o presente Inquérito Civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos comprobatórios, dificultando a perquirição. 2. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente instaurada em face do Município de Campo Grande/MS e da Secretaria Municipal de Educação, visando a regularidade documental das escolas integrantes da rede municipal de ensino. 3. Assim, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

#### 18. Inquérito Civil nº 06.2022.00001423-2

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande/MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Professora Elenir Zanqueta Molina (antigo CEINF Nascente do Segredo) visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO PRESENTE CASO DA EMEI PROFESSORA ELENIR ZANQUETA MOLINA (ANTIGO CEINF NASCENTE DO SEGREDO) VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO. OBJETO GENÉRICO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DO PROCEDIMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após



análise dos autos, verificou-se que o presente Inquérito Civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos comprobatórios, dificultando a perquirição. 2. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente instaurada em face do Município de Campo Grande/MS e da Secretaria Municipal de Educação, visando a regularidade documental das escolas integrantes da rede municipal de ensino. 3. Assim, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Campo Grande, 9 de abril de 2024

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO  
Procuradora de Justiça  
Secretária do Conselho Superior do MP

GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS

AVISO Nº 041/2024-GED

I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, torna público que a candidata aprovada no I Processo de Seleção de Estagiários e Residentes do MPMS convocados por meio do Aviso nº 039/2024-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.095, de 02.04.2024, manifestou opção de **DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA** da vaga de estagiário, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionada em último lugar na fila dos aprovados, nos termos do item 4.3 do Capítulo XI do Edital nº 1/2023-IPSER-MPMS, publicado no DOMP nº 2.912, de 07.06.2023.

CANDIDATO	MUNICÍPIO	NÍVEL
KAROLINE IBANES LANGE	Rio Brillhante	Graduação

Campo Grande, 09 de abril de 2024.

CLARISSA CARLOTTO TORRES  
Promotora de Justiça  
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito



**AVISO Nº 042/2024-GED**

**I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, declara a **DECADÊNCIA** do direito de ser empossado do candidato aprovado no I Processo de Seleção de Estagiários e Residentes do MPMS abaixo relacionado, uma vez que o candidato não apresentou a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados na convocação constante do Aviso nº 039/2024-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.095, de 02.04.2024.

CANDIDATO	MUNICÍPIO	NÍVEL
DAILTON FERREIRA GOMES NETO	Ponta Porã	Graduação

Campo Grande, 09 de abril de 2024.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**AVISO Nº 43/2024-GED**

**I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, torna pública a manifestação dos candidatos aprovados no I Processo de Seleção de Estagiários e Residentes do MPMS convocados por meio do Aviso nº 038/2024-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.095 de 02.04.2024 que optaram pela **DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA** da vaga de residente, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionados em último lugar na fila dos aprovados, nos termos do item 4.3 do Capítulo XI do Edital nº 1/2023-IPSER-MPMS, publicado no DOMP nº 2.912, de 07.06.2023.

CANDIDATOS	CIDADE	NÍVEL
TAYLA WINDILLA DE OLIVEIRA SOUZA	Angélica	Residente Jurídico
GABRIELA MARTINI SILVA DE OLIVEIRA	Campo Grande	Residente Jurídico
CLARA MARTINS CERCI	Campo Grande	Residente Jurídico
THAIS EDUARDA FRANÇA BAHIA	Campo Grande	Residente Jurídico

Campo Grande, 9 de abril de 2024.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**AVISO Nº 044/2024-GED****I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, **CONVOCA os candidatos de graduação em Direito** aprovados no I Processo Seletivo de Estagiários e Residentes do MPMS, homologado por meio do Aviso nº 001/2023/CPS-IPSER-MPMS, de 27 de outubro de 2023, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.006, de 30 de outubro de 2023, para a **entrega dos documentos necessários ao credenciamento**.

Os candidatos convocados deverão enviar **manifestação de interesse, desistência formal ou transposição para o final de fila da lista de aprovados**. Conforme previsão expressa no Edital nº 1/2023-IPSER-MPMS, no Capítulo XI, “Da Convocação e Admissão”, item 4, o candidato regularmente convocado que **manifestar o interesse** no estágio deverá apresentar os documentos constantes no edital supracitado e no item 2 deste aviso **RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**, até o dia 17 de abril de 2024, através de e-mail a ser encaminhado para a GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br). **O E-MAIL DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO(A) CANDIDATO(A) E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (GRADUAÇÃO)**.

**1. CANDIDATOS CONVOCADOS – DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO****1.1 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE**

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
EMMILY KAROLINE NASCIMENTO SOUZA	124	
MARIA EDUARDA BINZ SANTOS E SILVA	125	
MARIANE MATSUMOTO TINOCO	126	
MARIA IZABEL OLÍMPIA LOURENÇO DA SILVA	127	
MARIA EDUARDA BERARDINELI MIRANDA	128	
JÔNATAS VICENTE PEREIRA	129	
LUIZ FELIPE DE OLIVEIRA GORRÃO	130	
DJALMA FRISON JUNIOR	131	
GABRIELA CARVALHO GUIMARÃES	132	
ISABELLE KUSHIDA FERNANDES	133	
THIAGO RANIER GOMES	134	
JOAO CARLOS PORFIRIO DE OLIVEIRA	135	

**1.2 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DOURADOS**

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
MARIA FERNANDA ALVARES KINTSCHEV	37	7*

\*Reserva de cotas – candidata negra

**1.3 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ**

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
LAYANI AIME MORATO DA SILVA	10*	

\* Final de fila

**1.4 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO BRILHANTE**

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
HENRIQUE DE OLIVEIRA MATOS	4	

**2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**

2.1. Para admissão, o(a) candidato(a) de nível superior/graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

**DISCRIMINAÇÃO**



Fotocópia legível do RG e do CPF;
1 (uma) foto 3X4 (três por quatro), recente e colorida;
Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico;
Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução CNMP nº 42 (modelo disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Ficha de cadastro (disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político (Anexo VI);
Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A.
Autodeclaração de raça ou cor
É também obrigatória para a admissão dos candidatos de nível superior/graduação a apresentação de declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida por instituição de ensino conveniada com o MPMS, em que constem as seguintes informações: a) ano letivo, turno e semestre; b) o número de dependências de disciplinas (se houver); e c) data prevista para conclusão do curso.
HISTÓRICO ACADÊMICO

**REITERA-SE O ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO ESTÁGIO E DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO:** [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br). AS DÚVIDAS PODERÃO SER TIRADAS NOS TELEFONES DA GED: (67) 3357-2555 / 3357-2556 / 9 8478-1012 (APENAS MENSAGENS).

Campo Grande, 09 de abril de 2024.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Gestão de Estagiários de Direito

#### AVISO Nº 045/2024-GED

#### I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, **CONVOCA a candidata de graduação em Direito** aprovada I Processo Seletivo de Estagiários e Residentes do MPMS, homologado por meio do Aviso nº 001/2023/CPS-IPSER-MPMS, de 27 de outubro de 2023, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.006, de 30 de outubro de 2023, **já convocada no AVISO Nº 014/2024 – GED, e que já manifestou interesse no estágio e fez a opção de turno vespertino**, dentro do prazo indicado, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

A CANDIDATA CONVOCADA DEVERÁ ENVIAR *E-MAIL* PARA A GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br) – **ENTRE OS DIAS 11 e 17/04/2024, ATÉ ÀS 19H**, com os documentos constantes no edital supracitado e no item 2 deste aviso (**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**), a ser encaminhado para a GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br). **O E-MAIL DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO(A) CANDIDATO(A) E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (GRADUAÇÃO).**

##### 1.1 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE TRÊS LAGOAS

CANDIDATA	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
DÉBORAH BIANCA SILVA ALVES	51	5*

\*reserva de cotas - candidata negra





## 2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

2.1. Para admissão, o(a) candidato(a) de nível superior/graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

DISCRIMINAÇÃO
Fotocópia legível do RG e do CPF;
1 (uma) foto 3X4 (três por quatro), recente e colorida;
Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico;
Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução CNMP nº 42 (modelo disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Ficha de cadastro (disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político (Anexo VI);
Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A.
É também obrigatória para a admissão dos candidatos de nível superior/graduação a apresentação de declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida por instituição de ensino conveniada com o MPMS, em que constem as seguintes informações: a) ano letivo, turno e semestre; b) o número de dependências de disciplinas (se houver); e c) data prevista para conclusão do curso.

**REITERA-SE O ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO ESTÁGIO E DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO:** [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br). AS DÚVIDAS PODERÃO SER TIRADAS NOS TELEFONES DA GED: (67) 3357-2555 / 2556/2557/2558.

Campo Grande, 09 de abril de 2024.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

### AVISO Nº 046/2024-GED

#### I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, **CONVOCA os residentes jurídicos** aprovados no I Processo Seletivo de Estagiários e Residentes do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/2023-CPS-IPSER-MPMS, de 27 de outubro de 2023, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.006, de 30 de outubro de 2023, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

Os candidatos convocados deverão enviar **manifestação de interesse, desistência formal ou transposição para o final de fila da lista de aprovados**. Conforme previsão expressa no Edital nº 1/2023-IPSER-MPMS, no Capítulo XI, “Da Convocação e da Admissão”, item 4, o(a)s candidato(a)s regularmente convocado(a)s **que manifestarem o interesse** na residência deverão apresentar a documentação constante no edital supracitado, e no item 2 deste aviso **(RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO)**, até o dia 17 de abril de 2024, através de e-mail a ser encaminhado para a GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br). O E-MAIL DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO(A) CANDIDATO(A) E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (RESIDÊNCIA).

#### 1.CANDIDATA CONVOCADA– DIREITO – RESIDÊNCIA JURÍDICA



## 1.1 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
ERIKA MATOS DO NASCIMENTO	38	-
TALITA SOUZA DA SILVA	203	19*
JULIO DE MIRANDA BASTOS NETO	39	-
THAINARA SILVA DE BRITO	40	-
NATHALIA MAYUMI SANDIM SHIROMA	222	20*

\*reserva de cotas - Candidatas negras

## 1.2 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NAVIRAÍ

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
ANDRESSA PEREIRA DE SOUZA	4	

## 1.3 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
GABRIEL MENDES DA SILVA	1	

## 1.4 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
PEDRO HENRIQUE AGUILERA WEISS PEREIRA	3	

## 1.5 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SETE QUEDAS

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
CARLOS ALEXANDRE DIAS LOPES	1	

## 2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

2.1. O candidato aprovado para o programa de residência e convocado mediante aviso no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) deverá fornecer à GED, no caso de residente jurídico, os seguintes documentos:

DISCRIMINAÇÃO
Fotocópia legível da Carteira de Identidade e do CPF;
1 (uma) foto 3x4, recente e colorida;
Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do programa de residência, por meio de anamnese e exame físico;
Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 29, inciso II, e 31 da Resolução n.º 53/2022-PGJ (modelo disponível no Portal do MPMS – link Estagiários/Residentes);
Ficha de cadastro – disponível no Portal do MPMS, <a href="#">link</a> “Estagiários”, aba “Formulários”
Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político – modelo disponível no Portal do MPMS, <a href="#">link</a> “Estagiários”, aba “Formulários”;
Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração para esse fim – modelo disponível no Portal do MPMS, <a href="#">link</a> “Estagiários”, aba “Formulários”;
Diploma ou outro documento comprobatório que ateste não possuir o residente mais de 5 (cinco) anos de conclusão do curso de graduação, nos termos do art. 2º, caput, da Resolução CNMP nº 246.
Autodeclaração de raça ou cor
<b>Tendo mais de 5 anos de formado, apresentar declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida por instituição de ensino conveniada com o MPMS, em curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado), desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas, em que constem as seguintes informações: a) datas de início e término do curso; b) carga horária total; c) CNPJ da instituição de ensino; d) Endereço da instituição de ensino; e) Número do Registro Acadêmico – R.A. do aluno (não será aceito documento que não contenha todas as informações);</b>



**REITERA-SE O ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NA RESIDÊNCIA E DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO:** [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br). AS DÚVIDAS PODERÃO SER TIRADAS NOS TELEFONES DA GED: (67) 3357-2555 / 3357-2556 E (67) 98478-1012 (APENAS MENSAGENS).

Campo Grande, 09 de abril de 2024.

CLARISSA CARLOTTO TORRES  
Promotora de Justiça  
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 19/2024

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2024.00002451-6

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Donatária: Secretaria Especial de Segurança e Defesa Social de Campo Grande/MS, representada por seu Secretário, Anderson Gonzaga da Silva Assis

Amparo legal: Resolução nº 26/2023-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 19 de março de 2024.

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	Extintor de incêndio	8
2	Mesa	5
3	Suporte para CPU	2
4	Armário alto	6
5	Gaveteiro	3
6	Armário baixo	3
7	Bastidor remoto	1
8	Cadeira	5
9	Bebedouro	1
TOTAL DE ITENS		34

**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES****AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO 02/PGJ/2024 - ELETRÔNICO****PROCESSO Nº 09.2023.00008077-0****UASG – 453860****MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça** comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021 (e alterações).

**Modalidade:** Pregão nº 02/PGJ/2024 - Eletrônico (Processo nº 09.2023.00008077-0).

**Objeto:** Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de rastreamento, monitoramento e telemetria de veículos via satélite por GPS/GSM/GPRS, compreendendo a disponibilização de *software* de gerenciamento com acesso via *web* para gestão da frota de veículos de módulos rastreadores, incluindo o fornecimento de equipamento a título de comodato, com identificação automática do condutor, com liberação do veículo apenas após essa identificação, bem como componentes e licença de uso de *software*, e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme descrição, quantitativos e especificações contidas no Termo de Referência.

**-Abertura das propostas:** dia 26 de abril de 2024, às 14 horas (horário de Brasília/DF).

- Local: [www.gov.br/compras/](http://www.gov.br/compras/)

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

**Retirada do Edital:** a partir de 10 de abril de 2024, por meio dos sites eletrônicos [www.gov.br/compras/](http://www.gov.br/compras/) ou [www.mpms.mp.br/licitacao/pregao](http://www.mpms.mp.br/licitacao/pregao) ou ainda na Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça (Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 - Jardim Veraneio - Campo Grande - MS) das 13h00min às 17h59min (horário oficial de Brasília).

**Designação do Pregoeiro, da Equipe de Apoio, da Gestão Contratual e da Fiscalização Contratual, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do MP/MS, em 04/04/2024:**

- Pregoeiro: Luiz Fernando Koyanagi;
- Equipe de Apoio: Josiane Sanches de Mamann Zillo e Gladys Esmelda Barrios Amarilha;
- Suplente do Pregoeiro: Cleber do Nascimento Gimenez;
- Suplentes da Equipe de Apoio: Hermes Alencar de Lima e Emerval Carmona Gomes;
- Gestão contratual: Kelly Cristina Mengual Vieira (titular) e Natanael Jacinto dos Santos (suplente);
- Fiscalização contratual:
  - a) Fiscal administrativo: Anderson Pinheiro Mariano (titular) e Jonathas Santos de Oliveira (suplente);
  - b) Fiscal técnico: Anderson Pinheiro Mariano (titular) e Jonathas Santos de Oliveira (suplente).

Campo Grande, 09 de abril de 2024.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa



## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

## EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 052/PGJ/2023

Processo nº 09.2023.00005864-6

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A.**, representada por **Diego Ferreira Martins**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 124, inciso I, alínea “b” e artigo 125, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Objeto: Acréscimo de valor, no importe de R\$ 4.396,00 (quatro mil trezentos e noventa e seis reais), ao valor inicial contratado.

Valor estimado total: R\$ 21.986,00 (vinte e um mil novecentos e oitenta e seis reais).

Vigência: 09.04.2024 a 12.06.2024.

Data de assinatura: 9 de abril de 2024.

## EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

## PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL

## CAMPO GRANDE

Nº MP 08.2023.00022597-1

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 19ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande/MS, nos termos do disposto no artigo 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a vítima sobrevivente Kael Marlon de Oliveira e sua genitora Sra. Taís Soliane Cardoso de Oliveira, quanto a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0910114-57.2023.8.12.0001, conforme se transcreve: “*Ante ao exposto e pelo que mais dos autos consta, o Ministério Público Estadual requer o ARQUIVAMENTO do Inquérito Policial, tendo em vista a falta de justa causa para oferecimento da denúncia, nos termos da legislação em vigor e ditames principiológicos do Direito.*”.

Campo Grande/MS, 08 de abril de 2024.

LÍVIA CARLA GUADANHIM BARIANI  
Promotora de Justiça





## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>1</sup>, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0908491-21.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) J.A.M<sup>2</sup> e vítima(s) A.F.L, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da insuficiência de provas, elemento essencial à tipicidade, resta prejudicada a propositura de ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 9 de abril de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES  
Promotor de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>3</sup>, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900113-76.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) A.F.S<sup>4</sup> e vítima(s) A.T.S, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da insuficiência de provas, elemento essencial à tipicidade, resta prejudicada a propositura de ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 9 de abril de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES  
Promotor de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 62ª Promotoria de Justiça de Campo Grande da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>5</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 08.2023.00188995-5, em que consta como investigado Gabriel Henrique Molina, conforme se transcreve: "ante a justa causa, o Ministério Público Estadual deixa de ofertar denúncia, e arquiva o presente Inquérito Policial.

Campo Grande, 08 de abril de 2024.

CANDY H. C. MARQUES MOREIRA  
62ª Promotoria de Justiça de Campo Grande  
Promotora de Justiça

1 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

2 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

3 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

4 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.



---

**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL**

---

---

**BATAYPORÃ**

---

**EDITAL Nº 0016/2024/PJ/BIP****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900356-73.2023.8.12.0027, em que consta como investigado Josiane Gomes e vítima Maria Eduarda Gomes Pereira, conforme se transcreve: “o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul promove o arquivamento do presente inquérito policial, com as cautelas do artigo 18, do Código de Processo Penal, haja vista a insuficiência de provas para embasar o oferecimento de denúncia e instauração do devido processo legal”.

Batayporã, 09 de abril de 2024 .

FELIPE ALMEIDA MARQUES  
Promotor de Justiça.

---

**CAARAPÓ**

---

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A Promotor(a) do Juizado Especial Adjunto de Caarapó, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima, José Antônio Andrade Rodrigues, a decisão de arquivamento do Termo Circunstanciado de Ocorrência nº 0001596-47.2022.8.12.0031/08.2022.00150097-4, conforme se transcreve: "Ante o exposto, diante da atipicidade do fato narrado, por ausência de dolo específico, o Ministério Público Estadual promove o ARQUIVAMENTO DO PRESENTE TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA", bem como, que dispõe do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste extrato, para eventual interposição de recurso, já acompanhado das respectivas razões, podendo, ainda, apresentar fatos novos, diligências e testemunhas que possam corroborar a elucidação dos fatos.

Outrossim, comunica à investigada, Marcilene Andrade Duarte, a decisão de arquivamento do referido Termo Circunstanciado de Ocorrência.

Caarapó/MS, 08 de abril de 2024.

FERNANDA ROTTILI DIAS  
Promotora de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A Promotora do Juizado Especial Adjunto de Caarapó, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica ao Sr. Antônio Alves da Silva a decisão de arquivamento do Termo Circunstanciado de Ocorrência nº 0000444-27.2023.8.12.0031/08.2023.00083325-3, em que sua filha, B.G.S, figura como vítima, conforme se transcreve: "Ante o acima exposto, diante da atipicidade da conduta da autora, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento do Termo Circunstanciado de Ocorrência", bem como, que dispõe do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste extrato, para eventual interposição de recurso, já acompanhado das respectivas razões, podendo, ainda, apresentar fatos novos, diligências e testemunhas que possam corroborar a elucidação dos fatos.

Caarapó/MS, 04 de abril de 2024.

FERNANDA ROTTILI DIAS  
Promotora de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A Promotor(a) do Juizado Especial Adjunto de Caarapó, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica à Sra. Lúcia Moreira, representante legal da vítima/menor K.N.F.M, a decisão de arquivamento do Termo Circunstanciado de Ocorrência nº 0000350-79.2023.8.12.0031/08.2023.00064992-9, conforme se transcreve: "Ante o acima exposto, o Ministério Público Estadual requer o arquivamento do feito, ressaltando-se o disposto no artigo 28, do Código de Processo Penal", bem como, que dispõe do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste extrato, para eventual interposição de recurso, já acompanhado das respectivas razões, podendo, ainda, apresentar fatos novos, diligências e testemunhas que possam corroborar a elucidação dos fatos.

Outrossim, comunica aos investigados, Geovana Fernandes de Oliveira e Walber Moreira dos Santos, a decisão de arquivamento do referido Termo Circunstanciado de Ocorrência.

Caarapó/MS, 04 de abril de 2024.

FERNANDA ROTTILI DIAS  
Promotora de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A Promotor(a) do Juizado Especial Adjunto de Caarapó, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado, Rosildo Rodrigues, a decisão de arquivamento do Termo Circunstanciado de Ocorrência nº 0000321-29.2023.8.12.0031/08.2023.00057973-7, conforme se transcreve: "no tocante ao crime de desobediência, o arquivamento do feito".

Caarapó/MS, 08 de abril de 2024.

FERNANDA ROTTILI DIAS  
Promotora de Justiça

**CORUMBÁ****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 08.2023.00117799-1, 0900837-93.2023.8.12.0008, em que constam como investigado J.M.D.L.C e vítima D.J.D.S.B conforme se transcreve: "carece o feito de justa causa suficiente à promoção da ação penal pública, na medida em que nenhum elemento de informação corrobora a existência da infração penal veiculada na investigação policial em tela"

Corumbá, 26 de março de 2024

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES  
Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 08.2023.00185489-9, 0901508-19.2023.8.12.0008, em que consta como vítima J.O.C.N, conforme se transcreve: “carece o feito de justa causa suficiente à promoção da ação penal pública, na medida em que nenhum elemento de informação corrobora a existência da infração penal veiculada na investigação policial em tela”

Corumbá, 26 de março de 2024

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES  
Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 08.2023.00133502-9, 0901094-21.2023.8.12.0008, em que constam como investigados W. V. R.D e F. D. C. e vítima J.D.J, conforme se transcreve: “carece o feito de justa causa suficiente à promoção da ação penal pública, na medida em que nenhum elemento de informação corrobora a existência da infração penal veiculada na investigação policial em tela”

Corumbá, 26 de março de 2024

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES  
Promotor de Justiça

**GLÓRIA DE DOURADOS****EDITAL N: 0006/2024/PJ/GDS**

Promotoria de Justiça de Glória de Dourados – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua Rogério Luiz Rodrigues, s/nº, Centro, Edifício do Fórum, no Município de Glória de Dourados/MS. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos/consulta/SAJ/processo>.

Procedimento Administrativo: nº 09.2024.00003545-7

NOTICIANTE: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

INTERESSADO: Asilo da Velhice Desamparada São Vicente de Paulo

Assunto: Formalizar a realização de visita de inspeção anual na instituição de longa permanência para idosos de Glória de Dourados/MS, nos termos do art. 1º da Resolução CNMP nº 154/2016 c/c art. 1º Instrução Normativa nº 1/2019-CGMP/MS, no exercício do ano de 2024.

Glória de Dourados/MS, 08 de abril de 2024

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JUNIOR  
Promotor de Justiça

**EDITAL N: 0007/2024/PJ/GDS**

Promotoria de Justiça de Glória de Dourados – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua Rogério Luiz Rodrigues, s/nº, Centro, Edifício do Fórum, no Município de Glória de Dourados/MS. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos/consulta/SAJ/processo>.

Procedimento Administrativo: nº 09.2024.00003586-8

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Interessado: CREAS e Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania de Glória de Dourados/MS

Assunto: Inspeccionar, no ano de 2024, as unidades executoras dos programas de atendimento que executam medidas socioeducativas em meio aberto no Município de Glória de Dourados/MS, nos termos da Resolução CNMP nº 204/2019.

Glória de Dourados/MS, 08 de abril de 2024

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JUNIOR

Promotor de Justiça

---

**IGUATEMI**

---

**EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Inquérito Civil 06.2021.00000784-9

A Promotoria de Justiça de Iguatemi-MS torna pública celebração de Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos de Inquérito Civil n. 06.2021.00000784-9, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, centro, nesta cidade e também poderá ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Área de atuação: Patrimônio Público e Social

Compromitente: Ministério Público Estadual

Compromissário: Fábio Clemense da Silva ME, CNPJ 29.468.817/0001-70, com sede na Avenida José de La Paz Ortiz, n. 1049, Tacuru-MS.

Objeto: Violação dos Princípios Administrativos

Iguatemi, 08 de abril de 2024

ANDRÉ LUIZ DE GODOY MARQUES

Promotor de Justiça





## INOCÊNCIA

### EDITAL N. 03/2024

A Promotoria de Justiça da Comarca de Inocência/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Albertina Garcia Dias, nº 377, Jardim Bom Jesus – Edifício do Fórum e no seguinte endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00003444-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Assunto: Acompanhar as inspeções técnicas na entidade de longa permanência para idosos na Comarca de Inocência/MS, durante o ano de 2024.

Inocência, 9 de abril de 2024.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

Promotor de Justiça em Substituição Legal

## IVINHEMA

### EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>6</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima da decisão de arquivamento parcial do Inquérito Policial 0000327-59.2024.8.12.0012, em que constam como investigado G.B. B.S<sup>7</sup> e vítima(s) S.F.S, conforme se transcreve: “no que tange ao crime ao crime de lesão corporal (artigo 129, §9º, do Código Penal, perpetrado por S.F.S, em face de G.B.B.S, o arquivamento é medida que se impõe, ante a insuficiência probatória.”.

Ivinhema/MS, 08 de abril de 2024.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça

### EDITAL N.: 0002/2024/02PJ/IVH

A 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2024.00000306-5 que está à disposição de quem possa interessar na Praça Dos Poderes, 900, Ivinhema/MS – CEP 79740-000, ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2024.00000306-5

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos - AGESUL

Objeto: Apurar eventuais irregularidades praticadas pela Empresa AGESUL no que se refere à extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença da autoridade ambiental competente.

Ivinhema/MS, 09 de abril de 2024.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça

6 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

7 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

**PONTA PORÃ**

---

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 4ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>8</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial nº 08.2021.00029757-0 (SAJ/MP) e 0000859-17.2021.8.12.0019 (SAJ/TJ), em que consta como investigado o Antonio Valdeh Lopes Flores<sup>9</sup> e como vítima Antonia Lopes, conforme se transcreve:

“Diante da insuficiência de elementos colhidos até o momento para o oferecimento de denúncia, o arquivamento do procedimento é medida imperiosa. Ante o exposto, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento do inquérito policial, com as cautelas do artigo 18 do Código de Processo Penal”.

Ponta Porã, 08 de abril de 2024.

THIAGO BONFATTI MARTINS  
Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 4ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>10</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial nº 08.2024.00052370-2 (SAJ/MP) e 0900293-38.2024.8.12.0019 (SAJ/TJ), em que consta como vítima Maria Laura Lobo Reges, conforme se transcreve:

“Diante da falta de indícios de autoria, o arquivamento do procedimento é medida imperiosa. Ante o exposto, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento do inquérito policial, com as cautelas do artigo 18 do Código de Processo Penal”.

Ponta Porã, 09 de abril de 2024.

THIAGO BONFATTI MARTINS  
Promotor de Justiça

---

8 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

9 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

10 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”